

**INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**NOME DO AUTOR**

**O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E O ENFRENTAMENTO A  
DESIGUALDADE DE GÊNERO ATRAVÉS DA FORMAÇÃO DE GRUPOS  
MASCULINOS PARA DEBATE E DISCUSSÃO DA DESCONSTRUÇÃO DO  
MACHISMO**

**PORTO ALEGRE**

**2020**

NOME DO AUTOR

**O Serviço Social na Educação e o enfrentamento a desigualdade de gênero através da formação de grupos masculinos para debate e discussão da desconstrução do machismo**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social pela Escola de Ensino Superior – Nome da Escola.

Orientador(a): Nome do orientador(a)

**PORTO ALEGRE**

**2020**

## **AGRADECIMENTO**

Primeiramente, agradeço a Deus.

Quero agradecer à minha tutora e orientadora e à minha supervisora de campo, pelo profissionalismo de ambas ao transmitirem os conhecimentos necessários para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso e minha formação técnica profissional.

Também agradeço à minha esposa que apoiou-me nos momentos de muita dificuldade e deu-me força para continuar até o fim do curso.

Também fico muito grato à minha família em geral que sempre motivou-me:

Também agradeço à turma e colegas que motivaram-me a sempre seguir em frente.

*“Não existe Tempo, local, condição ou alguém que possa impedir uma superação.”*

**(Autor desconhecido)**

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso mostra a reflexão sobre intensificar o combate a desigualdade de gênero, a partir do ambiente escolar, unindo esforços do público masculino no combate ao preconceito, às discriminações e violências causadas pelo machismo. Também contempla a atuação do assistente social na assistência estudantil e no trabalho em interdisciplinaridade com os demais profissionais da educação. Também abrange a metodologia de ensino dos institutos federais, centrando a maior parte das informações no Campus Alvorada, instituição a qual o acadêmico em Serviço Social realizou seu estágio supervisionado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desconstrução; Desigualdade; Discriminação; Educação; Machismo; Serviço Social.

## **ABSTRACT**

The present work of conclusion of the course shows the reflection on intensifying the fight against gender inequality, from the school environment, joining efforts of the male public in the fight against prejudice, discrimination and violence caused by machismo. It also contemplates the role of the social worker in student assistance and in interdisciplinary work with other education professionals. It also covers the teaching methodology of federal institutes, centering most of the information at Campus Alvorada, an institution that the academic in Social Work carried out his supervised internship.

**KEYWORDS:** Deconstruction; Inequality; Discrimination; Education; Chauvinism; Social service.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Grandes conquistas das mulheres no Brasil e no mundo.....	24
Tabela 2 - História do programa nacional de assistência estudantil e permanência na escola.....	35
Tabela 3 - Tabela de princípios e objetivos da assistência estudantil do IFRS.....	47

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Femicídios aumentam durante quarentena no Rio Grande do Sul.....	56
Figura 2 – O silêncio dos homens.....	58
Figura 3 – Gráfico: o silêncio dos homens.....	59



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 APRESENTAÇÃO DO TEMA</b> .....	12
2.1 DISCUSSÃO DO TEMA.....	14
2.2 GRUPO DE HOMENS DE DEBATE E DISCUSSÃO DO MACHISMO.....	23
2.3 RACISMO ESTRUTURAL.....	28
<b>3 PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA E A RELAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL JUSTIFICATIVA</b> .....	31
3.1 LEI DE DIRETRIZES E BASES E (LDB) E PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIAS ESTUDANTIL (PNAES).....	36
3.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	41
<b>4 JUSTIFICATIVA</b> .....	44
4.1 LOCAL DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS) - CAMPUS ALVORADA.....	44
4.2 PROJETO DE DESCONSTRUÇÃO DO MACHISMO A PARTIR DA FORMAÇÃO DE GRUPOS MASCULINOS EM INSTITUIÇÕES DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO.....	50
<b>5 OBJETIVOS DA PESQUISA</b> .....	54
5.1 APRESENTAÇÃO DO OBJETIVO GERAL E DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	54
5.1.1 Objetivo Geral.....	54
5.1.2 Objetivos específicos.....	54
<b>6 METODOLOGIA DE PESQUISA</b> .....	55
6.1 BIBLIOGRÁFICA.....	55
6.2 REUNIÃO.....	55
6.3 GRUPO DE EXTENSÃO.....	56
6.4 PALESTRAS E SEMINÁRIOS.....	56
<b>7 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA</b> .....	56
7.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	61
7.2 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....	61
7.3 RESULTADOS.....	64
7.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	65

<b>8 CONCLUSÕES.....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIA.....</b>	<b>69</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>73</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) é resultado da aprendizagem na teórica e prática da graduação em bacharelado em serviço social, com o estágio supervisionado na área de abrangência das políticas sociais e cidadania, realizado no IFRS (Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Rio Grande do Sul) no Campus Alvorada/RS, instituição pertencente a esfera da educação pública federal.

A prática supervisionada ocorreu no grupo de assistência ao aluno, lugar de atuação do profissional assistente social que integra com os demais profissionais da educação o grupo de ensino, e tivemos como público de usuários os alunos da instituição, que compõe a educação básica técnica profissionalizante, com os cursos técnico em Meio Ambiente e o PROEJA, com o curso de cuidador de idosos, também alunos do curso superior em licenciatura em pedagogia e curso superior de multimídia.

O projeto de intervenção elaborado e posto em prática no estágio supervisionado foi na questão social de gênero, em sua expressão de desigualdade, fazendo uma proposta de formação de grupos de discussão sobre a “Desconstrução da cultura machista pelos alunos do sexo masculino no ambiente escolar, em uma etapa que compreende um trabalho comprometido com o enfrentamento da desigualdade de gênero.

Este TCC foi elaborado a partir das intenções e resultados de chamar a atenção para a problemática de expressões sociais ligadas a questão de gênero, que se concretizam em forma de violências simbólicas e físicas no ambiente escolar, lugar que deve ser transformador e preparador de sujeitos aptos ao competitivo mercado de trabalho, além disto, estar emancipado e conhecedor de seus direitos.

No capítulo 2 apresentamos o tema e a historicidade do Brasil em relação a desigualdade de gêneros, o domínio do homem sobre a mulher desde a colonização, entrando um pouco no tema da escravidão, abordando o assunto da continuidade do crescimento da desigualdade de gênero e o racismo em meio a miscigenação que não foi capaz de atenuar a situação, principalmente da mulher negra que é quem mais sofre com o binômio machismo e racismo. O capítulo 2 também aborda o início da política neoliberal no Brasil, trazendo a relação entre o capitalismo, a cultura conservadora brasileira e o patriarcalismo. Mais adiante relaciona antigas leis que

contribuíram com a discriminação da mulher, até as leis começarem a surgir em benefício da mulher como a lei do divórcio de 1962, passando pela constituição brasileira até a lei maria da penha. O capítulo 2 é encerrado demonstrando o enfraquecimento da cultura machista na atual década, com o surgimento de grupos de homens que se reúnem para discutir esses assuntos, também abordaremos o racismo estrutural.

No capítulo 3 temos a explicação da problematização do tema desses TCC com a questão social, com o estado, a igreja e nossa sociedade. Também relaciona a radicalização das violências causadas pela desigualdade de gênero a partir do empenho do assistente social no ambiente escolar. O capítulo 3 é finalizado com a discussão da inserção do assistente social na escola.

No capítulo 4 trazemos a história do local onde foi realizado o estágio supervisionado, também é explicado o projeto de intervenção que dá nome ao tema deste trabalho. O objetivo geral e os específicos estão postados no capítulo 5, no capítulo 6 temos a metodologia aplicada para a pesquisa necessária para construir este TCC.

Trazemos a análise dos dados da pesquisa, sua apresentação, bem como os resultados e discussão dos resultados dos dados, no capítulo 7, também discutimos os índices de violência contra a mulher anunciando os dados dos últimos anos e mostramos o desdobramento das ações do projeto de intervenção, concluímos o trabalho no capítulo 8.

## **2. APRESENTAÇÃO DO TEMA**

O tema escolhido para este trabalho de conclusão de curso e a desconstrução do machismo por grupos de homens (fig.2, p.4). Segundo Brito (2009), o machismo hoje também está sendo chamado de masculinidade tóxica pelo fato dele ser nocivo tanto para suas maiores vítimas, o gênero feminino, como também muitos malefícios ao próprio grupo opressor que compreende os homens heterossexuais.

A cultura machista e patriarcal reproduzida em nossa sociedade e seu movimento destrutivo vem sendo aceito historicamente, passado de pais para filhos, de geração em geração, sendo responsável por muitos tipos de violências praticadas por homens em nome da defesa da sua masculinidade, como se fosse uma

obrigatoriedade de cada indivíduo do sexo masculino zelar por seu histórico de macho e para evitar interpretações arbitrárias.

Através do estágio supervisionado ficou evidente que esta realidade inquieta os profissionais que trabalham junto ao serviço social na política social da educação pelo fato do machismo ser responsável por uma grande parte da desistência dos alunos. Esta realidade (machismo) é um grande desafio de enfrentamento para o assistente social que desempenha sua profissionalidade na política da educação, especificamente nos institutos federais, fazendo uso de suas atribuições como profissional trabalhando em interdisciplinaridade com demais profissionais de outras áreas de formação, por exemplo: pedagogos, professores, técnicos em assuntos educacionais, técnicos administrativos, assistente de alunos e psicólogo e outros.

Para enfrentar esta realidade é necessário muita reflexão no assunto para que seja desenvolvido meios de intervenções de combate, fundamentando-nos no código de ética da profissão de luta em defesa de igualdade e direitos no “reconhecimento da liberdade com valor ético central e demandas políticas a ela inerentes autonomia, emancipação e plena expansão de indivíduos sociais” (CFESS, 2011).

Neste projeto de TCC destaca-se os princípios de apoio e organização de grupos minoritários buscando a concretização do projeto ético-político da profissão de formação de uma sociedade sem desigualdade e dominação de classes, no decorrer do estágio supervisionado realizado na Política pública da Educação observamos que uma das questões sociais mais expressivas responsável por boa parte das desistências e evasões de alunos(as) estava relacionado com a desigualdade de gênero, pois esta mesma é uma das principais causa da violência intradomiciliar. Outra demanda na instituição de grande expressividade é a vulnerabilidade social que traz a necessidade dos alunos de optarem em parar de estudar para ocuparem mais tempo de suas vidas com o trabalho, para terem uma vida com dignidade.

## 2.1 DISCUSSÃO DO TEMA

O tema deste TCC presume uma intervenção masculina na luta pelo fim de desigualdade entre os gêneros, chamando a atenção para a responsabilidade dos homens héteros de se disporem a somar com as mulheres que lutam por equidade através de discussões em grupos e também como se reconhecerem como

responsáveis de uma mudança social abandonando seus privilégios de hegemônicos.

Historicamente a mulher esteve em desvantagem em relação ao homem, a história humana se estende por milênios sendo lembrada a partir de feitos com o nome de algum herói ou vilão masculinos, quase sempre com a mulher em segundo plano sendo lembrada no máximo como uma companheira ou ajudadora do homem, claro que existem algumas exceções, onde mulheres destacaram-se e são lembradas, mas são muito raras.

Na história do Brasil o domínio dos homens foi muito forte por vários motivos, podemos falar um pouco dos descobridores que chegaram de Portugal em caravelas no ano de 1500. Apesar de o senso comum falar que o descobridor do Brasil foi Pedro Álvares Cabral, sabemos que ele não veio sozinho, veio com vários europeus, muitos deles camponeses que viviam em sua terra numa situação de miséria (SOUZA e SAYÃO, 2011), esta necessidade somada com o espírito do renascimento, mais o espírito aventureiro do português da época, movia homens a viajar em embarcações lotadas com pouco espaço, pouca comida e nada de higiene, mesmo assim, muitos preferiam morrer procurando algo melhor longe do que morrer de fome em sua terra, porque o salário do camponês na época era muito baixo. Muitos desses marujos desta e outras expedições desertavam e ficavam em terras brasileiras unindo-se aos índios e misturando a cultura do europeu com a indígena, no período pré-colonial, que é compreendido nos primeiros 30 anos do descobrimento do Brasil. Não houve muito interesse de Portugal em povoar o Brasil, porque as especiarias das Índias eram mais vantajosas do que o pau-brasil que extraíam daqui. Nesse período de tempo trouxeram muitos condenados em Portugal para cumprir pena em terra brasileira, a surpresa foi as primeiras expedições, trazendo pessoas para colonizar o Brasil, encontraram esses homens vivendo em meio às tribos indígenas e muitos casados com filhas dos pajés (SOUZA e SAYÃO, 2011).

Esses homens foram de extrema importância na comunicação dos novos habitantes com os índios, mais adiante chegou os jesuítas para evangelizarem os índios, aos poucos dissimulando a cultura conservadora patriarcal (SOUZA e SAYÃO, 2011).

Desde a antiguidade as mulheres foram sendo submetidas às vontades e domínio dos homens. Na idade medieval, também conhecida como idade das trevas,

a submissão da mulher pelo homem era considerado necessário pelo sistema de sociedade patriarcal que era muito forte, apesar de que a humanidade estava entrando na modernidade (DANTAS e VIEIRA, 2017). Esse modelo de sociedade foi moldando nossa sociedade brasileira e continua persistindo até os dias de hoje, claro que de forma bem enfraquecida, hoje temos o machismo como forte resistência às mudanças nas questões de gênero. Se a mulher branca era submissa, não tinha direito a voz, e tinha que servir seu marido na idade média, já dá pra imaginar como a mulher negra era vista pelos homens da época.

Houve escravidão no Brasil de 1530 até a Lei Áurea em 1888 (SILVA, 2020), formando assim uma sociedade estruturalmente racista, logo após a abolição da escravidão os primeiros governos democráticos praticaram sutis violências contra o povo de ex-escravos, negando-lhes direitos na falta de elaborações de leis que aparece, ou indenizar os libertos, também não tiveram direito a terra, desta forma facilitou muito a exploração dos libertos pelos ex-senhores de escravo (SILVA, 2020). No Brasil Colônia as classes dominantes constituídas de indivíduos brancos e europeus que procuravam se manter puros sem miscigenação, procuravam casamentos de brancos com brancas e principalmente com famílias que tivessem um poder aquisitivo semelhante, os nobres muitas vezes buscavam noivas para seus filhos em outras terras (VISCOME, 2012).

A miscigenação surgiu mesmo com o esforço das classes dominantes da época de tentar evitar por vários motivos, mas naturalmente que raças diferentes se atraem, sendo assim, o europeu não resistia a beleza das índias e as índias crendo que o europeu era uma raça superior desejavam ter filhos com eles (VISCOME, 2012) e por ganância os senhores de escravos queriam aumentar suas riquezas, engravidavam suas escravas (VISCOME, 2012) e faziam seus filhos iniciarem a vida sexual desta forma, engravidando escravas, e com escravos nascendo em suas fazendas, mais rico eles ficavam, era um bom investimento na época para senhores de escravo, conseqüentemente muitas escravas praticavam o aborto, segundo Viscome:

Para as mulheres escravizadas, a gravidez se apresenta com duplo sentido conforme o local e ocasião em que se apresenta: se por um lado, a gravidez poderia ser um período de poderes, privilégios, mistérios e fascinação devido à concepção de um novo ser, também poderia ser um momento em que a interrupção de uma gestação poderia ser um ato de resistência ao regime escravagista ou forma de a mulher manter seus atrativos sensuais para pequenas conquistas na casa grande. (VISCOME, 2012, p.118).

Para evitar que as escravas praticassem o aborto se prometia prêmios as que levavam sua gravidez até o fim, e na hora do nascimento relações sociais entre as esposas dos senhores de escravos acontecia, era algo na época do gênero feminino e deixavam a desigualdade de lado e todos se felicitaram pelo nascimento de mais um escravo sendo do seu senhor ou não. Era comum os senhores de escravos ao se voltarem para sua fé cristã se arrependem e compadecendo-se davam cartas de alforria aos escravos que eram seus filhos (VISCOME, 2012).

O negro fez a história do Brasil na opressão de quase 40 décadas de escravidão, hoje a maior parte dos brasileiros são negros, então como se explica o racismo e a discriminação à cultura afro? É necessário muito trabalho em ações afirmativas para tentar mudar esta realidade, boa parte desta discriminação ainda está no domínio de hegemonia de gênero que também traz o racismo como seu aliado. O racismo chegou ao Brasil com força na colonização, após 30 anos de descobrimento, a igreja católica espanhola de ordem franciscana e dominicana preocupava-se muito com a exploração por parte da colonização dos índios por considerá-los pessoas possuidoras de alma iguais aos europeus, segundo os professores Souza e Sayão:

[...]Frei dominicano Bartolomeu de Las Casas um dos maiores ardorosos defensores dos índios americanos chegou a solicitar em uma carta ao prior da ordem que fosse apressado o envio de escravos negros às colônias, para por fim às crueldades praticadas contra os índios. (SOUZA e SAYÃO, 2011, p. 54).

A partir desta introdução já dá pra entender a força do racismo emergente que via o negro no período Brasil colônia como uma simples mercadoria, e isto não acabou tão cedo, estendeu-se pelo período imperial tornando-se um racismo estrutural que sobrevive na contemporaneidade. Logo pela historicidade de racismo no Brasil com a chegada da industrialização, o fortalecimento do capitalismo e sua divisão de classes jogou o negro para base da sociedade tornando-se predominante em favelas marginalizadas pelo sistema de classe.

O sistema Capitalista vem conquistando mais espaço no cenário mundial e é fortalecido pela política neoliberal adotada por muitos países, tendo seu início para os brasileiros no governo de Fernando Collor. Sendo causador de muitas desigualdades sociais, o capitalismo no Brasil integrou-se com o conservadorismo



de modelo patriarcal conservador racista e agora também capitalista gerador de desigualdades (OLIVEIRA, 2017).

O fato da queda dos índices de violências e desigualdades tanto socioeconômica como de gênero ser de interesse de luta de todos profissionais que atuam em interdisciplinaridade com o assistente social, nos empenhamos na reflexão e estudo sobre a cultura machista, a qual historicamente se inseriu em nossa sociedade, nesta reflexão constatamos que o machismo é uma base de reprodução de dominação e violências de toda espécie, onde todos somos vítimas de seu movimento de destruição, tanto do ambiente infrafamiliar à sociedade, englobando todos tanto mulheres como homens, mulheres, crianças, jovens, gays, lésbicas e outros.

Está mais que na hora do grupo opressor assumir sua responsabilidade e em conjunto com outros grupos combater o movimento destrutivo da cultura machista, porque nada melhor do que iguais discutirem problemas em comum entre si, o combate a violência interessa a todos. O interessante é que o homem reconheça que é opressor, motivador e causador de violências. Sem sombra de dúvidas, todo homem é machista direta ou indiretamente e é responsável pela violência que as mulheres sofrem, mas em muitos casos alguns não são responsáveis pela discriminação ou pelo feminicídios propriamente ditos, mas desfrutam de posições de privilégios e nada fazem para mudar a situação.

Muito tem se discutido sobre desigualdade de gênero e o combate a todo tipo de violências sofridas por mulheres, inclusive a violência só pelo fato de serem mulheres, que vai de insultos a feminicídios, nosso país possui um índice de feminicídios muito grande tendo seu maior índice nos Estados do Norte do país (OLIVEIRA, 2017). O principal motivo desse índice elevado é a violência praticada pelos próprios companheiros ou ex-companheiros das vítimas, pais e irmãos dentro de uma reprodução patriarcal que também agridem e oprimem pessoas do sexo feminino na família, muitos agressores tentam justificar a violência praticada usando como justificativa a defesa da honra, no Brasil o homicídio em defesa da honra é amplamente aceito em nossa sociedade (OLIVEIRA, 2017), tendo sua legalidade social aceita a partir do fortalecimento em lei, através das ordenanças Filipinas no século VII que foi adotada como uma primeira e duradoura forma de legislação brasileira, mesmo com a independência do Brasil, o país continuou sob influência da ordem jurídica de Portugal nos seus aspectos dominantes ao direito civil que só

foram revogados com o advento do código civil de 1916, Muskat em sua obra *Homem Subjugado* descreve um trecho da lei Filipina:

Segundo elas era permitido aos maridos o direito de aplicar castigos físicos às mulheres e de até tirar-lhes a vida em caso de suspeita de adultério. A seguir transcrevo a forma da lei: Título XXXVIII; do que matou sua mulher por achá-la em adultério achando o homem casado sua mulher em adultério lícitamente poderá matar assim a ela e como o adúltero, salvo se o marido for peão, e o adúltero, fidalgo, ou nosso desembargador, ou outra pessoa de maior qualidade[...] (Muskat, 2018, p. 45).

O efeito destas leis duraram séculos, somente em 1962 ela perdeu vigor com o estatuto da mulher casada, mesmo assim continuou sendo defendida a dominação e o direito do homem matar em nome do amor e em defesa de sua honra, isto durou até a constituição de 1988 (MUSTAK, 2018) onde esta teve o cuidado de deixar expressa o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres no Artigo 5º e inciso I que diz:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I- homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; (Brazil, 1988).

Por causa da igualdade e o direito como cidadã da mulher só ter reconhecimento a partir da Constituição Cidadã de 1988, o gênero biologicamente reconhecido como masculino aproveitou para estar no poder e dominar durante séculos, os leigos que não conheciam leis passaram a seus filhos de geração em geração os ensinamentos de dominação machista e toda violência contra mulheres permitidas anteriormente à promulgação da Constituição brasileira de 1988. Esta cultura foi repassada por todos, inclusive esta reprodução de comportamento machista só foi amplamente possível pelo consentimento da mulher, que por medo imposto através de ameaças de agressão e morte, e também pelos pais e irmãos que vigiavam para que a família não fosse moralmente atingida por um espectro de desconstrução desse mal e fosse quebrada a hegemonia do gênero dominante.

A cultura machista começa na vida do sujeito a ser reproduzida desde cedo, na família com os pais, doutrinando os filhos desde criança nas brincadeiras, o que é notadamente visto como agressivo para os meninos, e as brincadeiras de ensinar,

cuidar e cozinhar praticadas para as meninas, estas brincadeiras continuam dando origem a tradições que seguem na vida de adultos através das profissões, Lobo diz:

As tradições de masculinização e feminização de profissões e tarefas se constituem, as vezes por extensão de práticas masculinas e femininas: homens fazem trabalhos que exigem forças; mulheres fazem trabalhos que reproduzem tarefas domésticas. Mas, mais do que transferências de tarefas, são as regras de dominação de gênero que se produzem e reproduzem nas várias esferas da atividade social” (apud CISNE, 2012, p.49).

Nossa geração já começa a viver dias melhores onde a cultura machista já demonstra seu desgaste e sua impossibilidade de continuar se perpetuando devido o surgimento de movimentos sociais contrários e em luta por equidade, principalmente o movimento feminista que acabou se tornando o maior responsável por hoje haver estudos sobre gênero, pois as condições femininas em relação às masculinas precisam ser revistas e estudadas em nossa atualidade como explicou Santos:

O surgimento dos estudos atuais sobre a condição feminina, O Estudo de Gênero só foi possível porque, ao longo do tempo, o movimento social de mulheres “fez muito barulho”, denunciando as situações de opressão, preconceito e dominação que sofreram. A amplitude do movimento feminista não pode e não deve ser reconhecida apenas como um dos movimentos de luta das mulheres, porque muitas mulheres com perfis e histórias diferentes participaram. Se hoje o gênero representa uma categoria de análise tão importante para as ciências humanas e sociais, é porque se fez legítimo pelas tantas batalhas dos movimentos feministas, tornando-se fundamental para compreensão das relações humanas (Santos et al. 2018, p. 45).

Relações que precisam ser entendidas e postas em harmonia o mais rápido possível, porque muitos estão perdendo a vida nesta disputa dentro de uma desigualdade na questão de Gênero. A luta dos movimentos feministas foi e tem sido muito intensas, mas muito pouco tem sido feito por parte do grupo de homens hétero, não é de se estranhar isto, até porque são os beneficiados com esta cultura de dominação e desigualdade.

A partir do momento que os homens começam a discutir, pensar e refletir sobre o lado negativo da dominação de gênero, começam a ver o problema de uma forma mais generalizada com uma visão mais de totalidade e não de individualidade, e percebem que estão à frente de uma problemática social a qual são os principais responsáveis. Hoje com o empoderamento feminino em expansão, o homem hétero precisa procurar entender que já não é mais tão visto como herói mantenedor e protetor e sim está sendo cada vez mais visto como um vilão, como escreveu MUSKAT, é preciso mudar seus conceitos porque:

[...] as mulheres certamente mudaram. As mulheres que hoje questionam os vilões podem ter sido as mesmas que ontem os admiravam como heróis. Cresceu significativamente aquelas que reagem às atitudes ditatoriais clássicas, ou mesmo a princípios da ordem que os homens ainda consideram naturais, indício de uma nova ética do grupo feminino. Os números de boletins de ocorrência registrados nas delegacias da defesa da mulher confirmam as recentes reações negativas das mulheres às ações indesejadas da parte dos homens. Uma campanha criada pela jornalista Juliana de Farias denominada de chega de fíu-fíu, critica duramente um tipo de manifestação masculina, supostamente um flerte, considerando cordial ou até o tempo que as moças caminhavam em torno do coreto das praças e os rapazes ficavam parados, observando-as e manifestando suas impressões. Contatos físicos libidinosos ou manifestações verbais de baixo calão, é claro, são exemplos extremos desse mesmo tipo de expressão. Hoje considerados assédio sexual, esses comportamentos provocam um tipo de reação que aponta, definitivamente, para o novo repertório de mulheres um repertório que pretende nos libertar da subordinação na qual estivemos engajadas por milênios, que define uma nova lógica de funcionamento mental e visa à desconstrução de qualquer prática que possa alimentar uma moral hegemônica (MUSKAT, 2018, p. 87).

Na luta contínua por essa moral hegemônica o grupo de homens hétero muitas vezes pagam um preço alto por usufruir dos benefícios de sua masculinidade, pois são o grupo que morre mais precocemente devido a várias razões, como por exemplo a desnecessária condição de correr riscos para provar sua masculinidade. O homem hétero entende que é obrigado a provar desde criança sua masculinidade, mantendo uma vigilância para que não haja interpretações que afetem sua suposta masculinidade fundamentada no machismo, um simples desvio de conduta tornando-o mais dócil pode ser o suficiente para ser entendido que ele está caminhando para se tornar menos homem, ou o simples fato de entender que sua companheira possa vivenciar os mesmos direitos que a sociedade patriarcal machista permitida a ele usufruir o torne menos homem, como explica LYRA e MEDRADO:

Em geral, os homens são educados, desde cedo, para responder a expectativas sociais, em que o risco e a agressividade são comportamentos aceitos e que devem ser experimentados cotidianamente. Além disso, em geral, os homens são socializados para reprimir suas emoções, sendo a raiva, e inclusive a violência física, formas socialmente aceitas como expressões masculinas de sentimentos (*apud* SANTOS e LIMA, p.8).

Preso a esses dilemas, os homens continuam na prática da violência como um grito de desespero já quase não conseguindo mais suportar o peso de continuar sua suposta provação. Na ânsia de terminar seus dias sendo o homem que

erroneamente construiu no decorrer de sua vida, em defesa da sua masculinidade agride quem ele entende que possa ser uma ameaça.

O homem hétero é o gênero que lotam os presídios, se envolve muito mais em acidentes de trânsito, usa drogas e álcool com muito mais frequência do que os outros gêneros. Também do homem é exigido, pela cultura patriarcal machista, a obrigação de ser o mantenedor da família, de dar conforto e segurança a ela, de impor sua autoridade sobre seus membros, de possuir dinheiro, pelo menos o suficiente para ter algum poder e impressionar o sexo feminino e se destacar entre seus concorrentes, mas uma parte desse grupo já começou a entender que precisa haver uma mudança, a partir do momento que o grupo hétero masculino começou a discutir, debater, entender e refletir sobre esses fatos, começou a nascer um movimento de desconstrução desta cultura pelo próprio opressor.

O trabalho de desconstrução machista pelo sexo masculino começou a ganhar mais visibilidade depois que algumas ONGS começaram a motivar criação de grupos masculinos para discutir problemas em comum entre homens, e produziram muitos artigos e temática em sites, como o site “Papo de Homem” se referindo ao assunto, e com a produção de documentários falando do mesmo assunto, também podemos destacar o grupo “Guerreiros do Coração” que há duas décadas buscam em reuniões de grupos resgatar o desenvolvimento por inteiro que foi perdido historicamente no homem por ter escolhido ser dominador e opressor.

Atualmente surgiram pessoas interessadas em lutar pela desconstrução do machismo e resgate do desenvolvimento do homem, como o grupo “O Melhor que Podemos Ser” que após um acontecimento de extrema violência de jovens em uma escola brasileira, o seu formador sensibilizado com o acontecimento entendeu que era preciso fazer algo e se tornou o facilitador e anfitrião de um novo grupo em Porto Alegre que se reúne uma vez por mês pra debater assuntos relacionados com a desconstrução da masculinidade tóxica. Segundo um trecho da conversa do Jornal da UFRGS com o facilitador desse grupo gaúcho:

A iniciativa de formar o grupo surgiu depois do massacre em Suzano, no início deste ano, quando dois jovens entraram atirando na Escola Estadual Professor Raul Brasil e mataram sete pessoas. “Fiquei com medo que esses atentados se nos jovens, majoritariamente brancos, nutrem rancor e ódio decorrentes de frustrações causadas por promessas de masculinidade que não se cumprem. A mídia e a sociedade prometem que, se você for insistente, agressivo, machão, você vai ter tal mulher, vai ter dinheiro. Isso não acontece”, explica (URGS, 2020, p. 10).

Com o surgimento de grupos como o grupo “O Melhor que Podemos ser”, começa ser revelado um enfraquecimento desse sistema de dominação, ainda porque o Estado do Rio Grande do Sul tem sua cultura histórica alicerçada nesse sistema patriarcal machista de práticas de violência e feminicídios. Atualmente com o uso de canais da mídia e redes sociais o público masculino começa ser alcançado por alguns grupos de discussão sobre o assunto, mas a luta ainda é muito grande e muito se tem que fazer para mudar as gerações futuras porque a resistência é grande, até pelo fato da hegemonia do sexo masculino não ser só gaúcha brasileira, mas mundial, e também o homem falar muito pouco sobre si.

Através desses documentários e dos encontros de discussão sobre a desconstrução machismo individualmente em suas vidas os homens começaram conversar sobre suas dificuldades, que até então guardavam para si, o homem começou a reconhecer sua dor, onde ela se encontrava e o que poderia começar a fazer para mudar a situação de desconforto a que se encontra.

O machismo está por trás da maior parte dos tipos de violências. A situação que leva a reprodução do machismo em nossa cultura é alimentada principalmente pelo fato do grupo opressor não discutir e dialogar sobre o assunto, pois a esmagadora maioria dos homens não mostram o interesse em assumir suas responsabilidades e deixar de ser opressor, porque se encontrarem sobre o privilégio da dominação mascaram suas fraquezas, suas dificuldades, suas angústias, suas dores (MUSKAT, 2018).

## 2.2 GRUPOS DE HOMENS DE DEBATE E DISCUSSÃO DA DESCONSTRUÇÃO DO MACHISMO

Este subcapítulo explica o surgimento de grupos de homens que se reúnem para discutir e debater o machismo e a luta do Serviço social em prol do seu projeto ético-político que pode ser explicado como um projeto profissional fundamentado em seu código de ética, na luta por uma sociedade igualitária, democrática, com liberdade e contestando todo tipo de discriminação. O projeto ético-político da profissão se fortaleceu muito nos resultados dos movimentos sociais, na luta por igualdade de acesso à educação, saúde, reforma agrária, assistência, moradia,

gênero, étnico raciais, radicalização da pobreza e outros, como descreveu Yamamoto:

As relações entre engajamento político e profissão foram fontes de inúmeros equívocos desde o movimento de reconceituação no âmbito do serviço social. Esse como profissão, tem uma necessária dimensão política por estar imbricado com relações de poder da sociedade. O serviço social dispõe de um caráter contraditório que não deriva dele próprio, mas do caráter mesmo das relações sociais que presidem a sociedade capitalista. Nesta sociedade, o serviço social inscreve-se em um campo minado por interesses sociais antagônicos, isto é interesse de classes distintos e em luta na sociedade (Yamamoto, 2015, p. 54).

O tema deste projeto de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) abordado na expressão social de desigualdade de gênero que se apresenta numa luta contemporânea na sociedade que abrange todas as classes sociais, mas é óbvio que o efeito mais destrutivo concentra-se nas classes sociais da base inserindo-se em diversas outras questões, como: racismo, historicidade de discriminação, dominação e mais, mas isto abordaremos mais adiante, detetemo-nos no momento sobre a discussão da masculinidade.

A desconstrução da hegemonia da masculinidade revela o sexo hétero masculino sendo um opressor ao gênero feminino e também oprime a outros grupos de expressões sexuais diferenciadas da maioria, como as relações homoafetivas.

Os padrões conservadores de nossa sociedade beneficiam e alimentam o fortalecimento do capitalismo em manter dominadores e dominados em classes diferenciadas, beneficiando desta maneira o grupo opressor em todas as classes sociais e segmentos de todo tipo inclusive religioso. Para que as ações de enfrentamento aconteçam, é necessário envolver o máximo possível de pessoas em discussões de desigualdade de gênero, nesse momento se faz de extrema importância o trabalho do profissional assistente social, tanto acompanhando, organizando e motivando grupos de enfrentamentos feministas como também motivando, organizando e acompanhando grupos minoritários masculinos de desconstrução machistas, apesar de serem pouquíssimos grupos, existe uma tendência de crescerem muito na atualidade em que vivemos, em conformidade com o princípio VI do código de ética assistente social que diz que o profissional deve ter (..)“VI - Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (CFESS, 2012, p. 23).

Os grupos de discussões sobre masculinidade tóxica (machismo) já começaram a sofrer preconceitos, por tratar-se de grupo de enfrentamento do culturalmente aceito pela sociedade. Nossa sociedade tem se revelado uma sociedade patriarcal conservadora e que mantém o determinismo hegemônico do gênero masculino como dominador em relações a outros gêneros, sendo assim o serviço social tem responsabilidade no enfrentamento desse determinismo. O serviço social em outros contextos, tem a experiência de ter lutado contra a visão determinista que mantinha o Serviço Social numa posição de vigilância na reprodução social, necessária ao capitalismo, e fiel na sua origem na igreja católica conservadora, durante o processo de reconceituação da profissão foi entendido que tal visão determinista e a histórica da realidade conduz à acomodação, à rotinização do trabalho, ao burocratismo e a mediocridade profissional (Yamamoto, 2015, p. 22).

A luta contra a desigualdade de gênero é uma luta contemporânea e está longe de se relacionar com acomodação, rotinização e mediocridade profissional, antes se integra ao projeto ético-político da profissão de se empenhar nas lutas sociais rumo a uma sociedade sem desigualdade, democrática e cidadã, como escreveu Yamamoto sobre a reconceituação da profissão:

[...] um projeto de formação profissional que aposte nas lutas sociais ,na capacidade dos agentes históricos de construir novos padrões de sociabilidade para a vida social. Construção esta que é processual, que está sendo realizada na cotidianidade da prática social, cabendo aos agentes profissionais detectá-las e delas partilhar, contribuindo como cidadãos e profissionais, para seu desenvolvimento (Yamamoto, 2015, p. 195).

O desenvolvimento desses padrões de sociabilidade acaba sempre encontrando uma barreira na expressão de desigualdade de gênero e é de suma importância ser muito trabalhada pelo profissional do Serviço Social porque qualquer projeto de intervenção social elaborada pelo mesmo, ou seja, a grande maioria de intervenções atingem em parte seus objetivos pelo fato da cultura do patriarcado sutilmente anular seus efeitos, quase que imperceptível sua ação negativa mantendo tudo como sempre foi repetidamente, até porque os combates nas desigualdades de gênero são recentes.

O histórico de enfrentamento, debate e discussões sobre relações de gênero não data de muito tempo atrás, sendo ainda tema recente discussão por vários motivos, como a condição de submissão da mulher, defendida pela igreja e



promovida pela lei Filipina de Portugal que tinha força desde o período Brasil Colônia, outro motivo e o total desinteresse da classe política brasileira por ser dominada de forma esmagadora pelo sexo masculino, mas o mais extraordinário é a força da cultura de modelo patriarcal que insiste em continuar mantendo a hegemonia de dominação masculina, só a partir da metade do século XX, com o fim da segunda guerra mundial e o advento da proclamação dos direitos humanos em 1948, que começou a se pensar muito em emancipação humana, num pensar pós-guerra movido pela sensação de liberdade com desenvolvimentos, tanto econômico como humano, abriu-se espaço para um campo novo, como escreveu Nardi:

O campo de relações de gênero e diversidade sexual constitui um núcleo importante dos debates políticos e científicos contemporâneos em torno dos direitos humanos. desde a metade do século XX, os movimentos sociais têm se empenhado na luta por direitos igualitários entre homens e mulheres, independente da orientação sexual e da expressão de gênero (Nardi et al. 2013, p. 7).

Esta tabela traz algumas datas de importância de conquista da mulher:

Tabela 1 - Grandes conquistas das mulheres no Brasil e no mundo

1827	Por meio de uma lei, as mulheres brasileiras foram autorizadas a frequentar a escola. No entanto, a lei garantiu acesso apenas às escolas elementares.
1932	As mulheres conquistam o direito de votar. A bióloga Bertha Lutz é a principal articuladora feminista do período.
1934	Carlota Queiroz é eleita primeira deputada do Brasil
1961	A comercialização da pílula anticoncepcional causou uma revolução de costumes e liberdade sexual.
1979	Convenção das nações unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação da mulher.
1985	Foi criada a primeira delegacia da mulher.
1986	Foi criada a primeira casa abrigo para as mulheres em situação de risco de morte no Brasil.

1988	Foi promulgada a Constituição Federal que instituiu um regime político-democrático, além de proporcionar um grande avanço em relação aos direitos e garantias fundamentais.
1993	Conferência das Nações Unidas sobre direitos humanos em Viena; ficou conhecida formalmente a violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos.
1995	IV conferência mundial sobre as mulheres realizado na China; documento importante na defesa da mulher e combate violência.
2003	Criou-se a secretaria especial de políticas para mulheres.
2004	Primeira conferência Nacional de Políticas para mulheres.
2006	Lei Maria da Penha/Lei n 11340 cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.
2008	Segunda Conferência mundial da mulher
2010	Primeira Presidenta Mulher

FONTE DE DADOS: Nova escola, 2013: Os fatos históricos que marcaram as conquistas das mulheres/Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006.

A declaração universal dos direitos humanos foi sem dúvida nenhuma um marco universal em prol da luta por igualdades, incluindo em seu texto o princípio para a sociedade começar a luta pela igualdade de gênero, pois com o fim da segunda guerra mundial a humanidade conscientizou-se que deveria construir uma sociedade mais comprometida com valores como dignidade, liberdade e igualdade salvando gerações futuras de conflitos internacionais, a declaração Universal dos direitos humanos trouxe considerações importantes para questão de Gênero, M.J diz:

[...]Considerando que os povos das nações unidas reafirmaram, na carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida

em uma liberdade mais ampla.[...]Artigo I:Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos .São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação uma às outras com espírito de fraternidade (apud Maciel, p. 56).

A partir da declaração universal dos direitos humanos começaram várias discussões no mundo sobre a criação de políticas públicas para enfrentar a violência causada pela desigualdade de gênero, como explica Avelar em um artigo para a revista Política e Sociedade:

A partir da década de 1950, os estudos vêm registrando as mudanças ocorridas na sociedade civil e analisando as repercussões na desconcentração do poder político no Brasil, com possíveis ganhos para as mulheres. Algumas mulheres começaram a organizar-se a partir da década de 1960, com presença efetiva na luta contra o regime militar nos anos 1970 e 1980[...] (AVELAR, 2007, p. 102).

Na próxima década em vários países ocidentais explodiram movimentos sociais e acontecimento que beneficiaram as mulheres como a descoberta da pílula em 1960 e sua comercialização em 1961, as ciências humanas começaram a se destacar como disse Lima em seu artigo:

A partir dos anos 1960 observou-se a emergência de uma pluralidade de movimentos sociais em países ocidentais que politizaram diferentes hierarquias sociais (gênero, raça, orientação sexual) e construíram diversas demandas comunitárias (água, saneamento básico, saúde). Neste mesmo contexto, críticas ao positivismo como postura epistemológica dominante foram construídas nas ciências humanas. Condições históricas que implicaram no campo da psicologia social [...] (apud MARTÍN-BARÓ e MOSCOVICI, 2017, p. 16).

As políticas públicas no Brasil sobre gênero são recentes, mas extremamente necessárias, espaços de discussão a estas expressões de desigualdade de gênero são ainda recentes e alvo de muitas constatações, mas tivemos um avanço nos últimos anos e segundo Oliveira e Cavalcanti em seu artigo elaborado sobre o enfrentamento de violência de gênero:

[...] as políticas públicas tornaram-se necessárias no sentido de respeitar a igualdade nas relações de gênero e consolidar a cidadania feminina, com ações que assegurem um espaço de denúncia, proteção e apoio à mulher vítima de violência. A atuação deve ser em conjunta para o enfrentamento, prevenção, combate, assistência e garantia de direitos do problema pelas diversas esferas envolvidas, como: saúde, educação, assistência social, segurança pública, cultura, justiça, para dar conta da complexidade da violência contra as mulheres (Oliveira e Cavalcanti, 2017, p.135).

O enfrentamento à desigualdade de gênero mostra-se hoje necessário ser mais ousada e radical buscando a aliança com grupos que muito pouco expressaram-se nesse contexto todo, atualmente é necessário que o combate seja realizado por várias frentes e que é de responsabilidade de todos desenvolver meios de enfrentamento, pois esta expressão social de desigualdade avançou por caminhos extremos de violência.

### 2.3 RACISMO ESTRUTURAL

Este subcapítulo traz informações sobre o racismo estrutural praticado por nossa sociedade, em nossa cultura patriarcal conservadora racista encontramos muitas desigualdades de classes e também desigualdades dentro de uma única classe por nossa cultura também ser machista, dentro desse universo de desigualdades em que convivemos encontramos o sujeito mais discriminado, tanto pela sua condição de classe subalterna como de sua cor, “a mulher negra favelada”, que encontra-se na base da sociedade brasileira, não é tão difícil entender esta situação, pois o capitalismo é gerador de desigualdades.

Nossa sociedade vive num racismo estrutural onde o negro é jogado para classe mais baixa, por causa da força do histórico de escravidão deste país, e do conservadorismo perpetuado pelos ensinamentos religiosos de predominância católicos, onde o homem é o provedor, mantenedor e chefe da família e exerce poder sobre a esposa e filhos, desta forma nesta relação de desigualdade de gêneros incorporado ao racismo a mulher negra favelada é vista como um ser inferior, cabendo a ela além da submissão a seu companheiro também a função de uma serviçal, soprando sobre ela funções de servir a famílias pertencentes a classe dominante.

A mulher negra favelada tem um grande desafio frente a nossa sociedade por ocupar um lugar de subalternidade, no momento que se impor em luta pelos seus direitos começam a movimentar a base da pirâmide social e com a base não mais inerte todas as classes acima vão sentir seu movimento, seu grito por justiça social, rumo a uma revolução por igualdade. Se houver em algum momento revolução no Brasil acerca da humanização de sua cultura social, esta revolução só será concreta e legítima se começar pela mulher negra favelada, de outra forma ficarão somente

no calor dos movimentos sociais, importantes são os movimentos sociais, mas não revolucionários a ponto de causar profundas mudanças de pensamentos.

Destacamos um lugar de voz da mulher negra, “a literatura negra”, que tem trazido importantes autoras e obras denunciando o racismo, o descaso, a marginalização do povo pobre e negro pelo poder das classes dominantes, em seu interesse egoísta de manter uma divisão de classes numa situação que os beneficia. Nesta luta por um lugar de voz, destacamos autores como Carolina de Jesus que escreveu em seu diário o cotidiano na favela, que em 1960 tornou-se o livro “Quarto de Despejo”. Carolina Maria de Jesus foi a primeira mulher negra favelada autora de um livro no Brasil.

Com um texto polêmico que trouxe muitas discussões sobre sua verdadeira autoria, pois alguns políticos, jornalistas, intelectuais e pessoas formadoras de opinião desconfiavam que poderá ser uma jogada política ou um golpe. Depois de muitos debates foi compreendido que sua escrita, seus relatos, só poderiam vir somente de alguém que vivia na favela, foi traduzido em 13 idiomas e ganhou o mundo denunciando através de escrita em forma de diário, a realidade da vida em favelas na cidade de São Paulo na década de 60, segundo Adelio Dantas nesse mesmo livro fala que:

O impacto causado por quarto de despejo foi além das discussões sobre o texto. O problema da favela, da época de dimensões ainda reduzida de São Paulo, foi discutido por técnicos e políticos. Um grupo de estudantes fundou o movimento universitário de desfavelamento, cuja sigla-MUD-revelaria, no mínimo, uma intenção generosa. ou um sonho. E Carolina era alçada à condição de cidadã, [...] Mais de trinta anos decorrido desde o aparecimento de quarto de despejo, a cidade tem outra, cara esparramada para muito além da avenida marginal. E a favela do Canindé, onde viveu Carolina Maria de Jesus, na rua A nº 9, multiplicou-se em dezenas, centenas de outras. Assim quarto de despejo não é um livro de ontem é de hoje[.] (JESUS, 1960, p. 8).

Também destacamos a autora negra Conceição Evaristo que foi autora de contos, poemas e romance, foi finalista do prêmio Jabuti em 2015 e contemplada em 2018 com o prêmio de Literatura do Governo de Minas Gerais pelo conjunto de sua obra, sendo reconhecida como uma das mais importantes escritoras brasileiras da contemporaneidade. Conceição Evaristo marcou sua linguagem por sua metalinguagem unindo vocábulos formando novas palavras e novos significados, como a palavra “escrevivência”, suas palavras sempre se voltavam para a ancestralidade do povo negro (GALLINDO, 2018).

As principais obras de Conceição Evaristo foram Ponciá Vicênci, 2003 (romance); Becos da Memória, 2006 (romance); Poemas da recordação e outros movimentos, 2008 (poesia); Insubmissas lágrimas de mulheres, 2011 (contos); Olhos d'água, 2014 (contos); Histórias de leves enganões e pareências, 2016 (contos e novela); Canção para ninar menino grande, 2018 (romance).

Além da literatura da mulher negra, tem surgido nos últimos anos um crescimento na militância de grupos de feministas negras, esses grupos estão encontrando espaços de fala em universidades, faculdades e na educação de escolas de ensino básico, escolas que optam por um ensino de visão na educação emancipadora e libertadora.

O serviço social faz frente a esta luta com muita ênfase na esfera da Educação no cumprimento de seu código de ética de encontrar meios de organizar e motivar grupos de discussão sobre esse assunto, encorajando indivíduos que estão com seus direitos de cidadania negados devido ao racismo estrutural amplamente aceito em nossa sociedade. Na discussão de desigualdade não há dúvidas que o projeto ético-político da profissão vem de encontro à realidade dos temas propostos de discussão, que englobam a questão social de gênero na sua expressão de desigualdade (CEFESS, 2018).

### **3. PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA E A RELAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL**

Este capítulo explica a escolha do tema deste TCC e seu confronto com a questão social de gênero, sendo que ele apresenta um propósito de empenho de luta na questão social de gênero, abordando novas frentes de grupos de combate pelo fim da sua expressão social de desigualdade, a saber grupos de composição do gênero masculino nas instituições da Política educacional, para trazer a discussão, o debate e o aprendizado sobre os malefícios que a hegemonia de gênero traz para eles e a sociedade atual, que consiste na questão social de gênero uma desigualdade problemática. Nesta luta contemporânea, os grupos de discussão de desigualdade de gênero por homens tem seu papel significativo de ação somando aos grupos feministas. As lutas femininas já tiveram início dois séculos atrás divididos em primeira, segunda e terceira onda, segundo HOLANDA:

Entre o final do século XVIII e o início do XX, centram-se as lutas pelos direitos civis da população feminina, como o direito ao voto e ao salário igual na realização do mesmo trabalho, bandeiras que marcaram a

chamada primeira onda do feminismo e que foram inspiradas nos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade da Revolução Francesa (pereira, 2014). Com a conquista de direito ao voto feminino em muitos países na primeira metade do século XX e, sobretudo, com a publicação de *O Segundo Sexo* (1949) de Simone de Beauvoir, pavimenta-se segunda onda do feminismo. No livro, pela primeira vez na história da humanidade, se diz que a igualdade de direitos não se dá somente no acesso à esfera pública, mas inevitavelmente inicia-se na vida privada (pereira, 2014). Outra publicação emblemática é a *Mística feminina* (1963), de Betty Friedan, que revelaria inúmeras insatisfeitas ou deprimidas com suas funções exclusivamente reprodutivas e educativa dentro da família. Essa onda será marcada por contestações ao modelo de feminilidade que naturaliza o papel submisso das mulheres, submetendo-as ao domínio masculino, e terá seu ápice na década de 1970 (HOLANDA, *apud* Cavalcante e HOLANDA 2013).

A lutas das mulheres pelo direito a voto e emancipação mostradas pelos filmes nas três ondas feministas mencionadas na citação acima, chama a atenção para o termo conceito de gênero. O gênero foi por nossa sociedade historicamente conhecido apenas pelo binário masculino/feminino, a partir do século IX outros gêneros começaram ser reconhecidos e ter visibilidade como o grupo LGBT. Vamos entender melhor o que significa o termo conceito de Gênero, segundo CISNE:

O conceito de gênero e relações de gênero é utilizado no sentido de dar ênfase ao caráter social, cultural e relacional das distinções baseadas no sexo, visando superar o determinismo biológico, ressaltando sua dimensão histórica. Ou seja, visa a desmistificar papéis e qualidades construídas socialmente, mas naturalmente atribuídas às mulheres e aos homens, geradores das desigualdades de gênero. É importante preceder que, sendo, fundamentalmente, resultados de uma construção social, essas relações são mutáveis (CISNE, 2012, p. 51).

A mutabilidade na relação social de gênero acontece em confronto com a cultura e moral estabelecida historicamente com o Estado e a igreja, pois o Estado na sua esmagadora parcela do povo aceitam a definição de gênero somente como masculino e feminino, esse binário como princípio formador de família e socialmente aceito por todos, qualquer coisa fora disso era considerado anormal e doença, portanto as políticas públicas para questão de gênero tiveram muito pouco avanço em nossa atualidade (ROCHA e Santana, 2009).

Junto a essa desigualdade toda, também o Estado na sua qualidade de patriarcado vê a mulher como um ser assexual e moralmente exemplar com todas as atribuições femininas, em outras palavras um ser dócil, de fácil manipulação e é entendido que esse ser tem a responsabilidade pelo cuidar o lar, ensinar e educar

filhos, que diante de qualquer movimento de empoderamento permitia-se que fosse reprimido pelo seu representante de autoridade no lar mais próximo, como o pai ou o marido, de que o fazer ou falar pertence somente ao gênero masculino, ao feminino o calar-se e obedecer, ainda sendo ampliado para a mulher negra. É necessário políticas públicas para a proteção das mulheres que sejam abrangentes em todas as esferas das políticas, segundo ROCHA e SANTANA:

[...] importante na construção de políticas públicas para mulheres em situação de violência, é a construção de uma política geral de prevenção à violência contra as mulheres: uma política antidiscriminatória e ampla, que considere a discriminação de gênero e que dê estatuto e legitimidade à construção de igualdade entre homens e mulheres. Para tanto, a participação da Coordenadoria Especial da Mulher deverá discutir aspectos educativos, culturais, ideológicos e comportamento. Nesse sentido, deve-se buscar construir políticas com a Secretaria de Educação, difundindo uma educação não sexista, voltada à igualdade, e que previna a violência de gênero nas escolas (Rocha e Santana, 2009, p. 174).

A solução para todo tipo de violência está no empenho de trabalho do Serviço social e de outros profissionais qualificados a partir de políticas sociais elaboradas para a educação em articulação com as demais Políticas Sociais, propiciando a construção do homem de amanhã nos meninos e meninas de hoje, mas infelizmente as escolas têm sido instituições multiplicadoras de discriminação e desigualdades, principalmente desigualdade de gêneros, por isso é necessário um pensar reflexivo dos profissionais do serviço social no desenvolvimento de meios de intervir nesta realidade. Esperamos que nos próximos anos haja uma grande inserção de profissionais do serviço social na política da Educação.

Nos interesses da reprodução do capital e especialização da mão de obra, a atuação do assistente social no ambiente escolar já data de um bom tempo atrás, segundo ALMEIDA:

Embora muitos tendem a afirmar que se trata de um debate ou de um campo novo, a vinculação do Serviço Social com a Política de Educação foi sendo forjada desde os primórdios da profissão como parte de um processo de requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise (ALMEIDA, p. 15-16).

Como vimos na citação acima, o serviço social foi inserido na educação para servir de instrumento em benefício do capital, hoje vivemos numa sociedade mais maduras que sofre com muitas desigualdades oriunda da acumulação capitalista, é



preciso investir na mudança desta realidade no tempo presente para a sociedade futura, para formar o cidadão da próxima geração, que não será mais o homem violento de hoje, mas sim o homem livre de condutas violentas e machistas.

No combate a expressão de desigualdade de gênero e a desconstrução da cultura machista, se exalta a importância do assistente social nas escolas, tanto do ensino público federal como também nas escolas de ensino fundamental municipal e estaduais. “[...] Se a educação tem sido utilizada como estratégia para manter a hegemonia do capital, deve servir, sobretudo de estratégia para possibilitar a sua contra-hegemonia” (ALMEIDA, 2011).

O serviço social surgiu na escola, a partir da ideia que este agente era ligação entre o lar e a escola, isso ocorreu em 1930 e teve como influência as práticas ocorridas nos EUA (WESTFHAL, 2016). No Brasil o serviço social nos seus primórdios anos tinha uma atuação mais higienista e assistencialista, contribuindo com o controle da reprodução social de organização da pobreza para que esta servisse como uma reserva disponível de mão de obra do capital, o trabalho técnico do serviço social na educação teve seu início no nosso Estado como descreve AMARO:

O mais antigo registro que temos conhecimento do serviço social educacional remete ao estado do Rio grande do sul, quando foi implantado como serviço de assistência ao escolar na antiga secretária da Educação e Cultura em 25 de março de 1946, através do decreto 1394, articulado ao programa geral de assistência ao escolar, suas atividades estão voltadas à identificação de problemas sociais emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno, bem como na promoções de ações que permitissem a adaptação dos escolares ao seu meio e o equilíbrio social da comunidade escolar (AMARO, 2011, p. 19).

Mas somente no ano de 2000 foi criado o projeto de lei número 3.688/2000 que “[...] delimita que o atendimento fosse realizado por profissionais de Serviço Social ligado à Secretaria de Assistência Social e por psicólogos da Secretaria de Saúde” (WESTFHAL, 2016), óbvio que isso não era viável porque se misturaria os serviços de áreas distintas uma da outra, muito se discutiu sobre isso e era esperado que os problemas da escola fossem resolvidos na escola, este projeto tramitou até 2007 quando foi transformado e encaminhado ao senado como projeto de lei da câmara (PLC) número 60 e foi aprovado em novembro de 2009, “[...] após passar por algumas alterações, como a mudança da expressão, que no projeto original

constava “profissionais de assistência social” e passou para “profissionais de Serviço Social” (DENTZ e SILVA, 2015), segundo WESTFHAL essa lei:

[...] Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. O Congresso Nacional decreta Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. § 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. § 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino. Art. 2º Necessidades específicas de desenvolvimento por parte do educando serão atendidas pelas equipes multiprofissionais da escola e, quando necessário, em parceria com os profissionais do SUS. Art. 3º Os sistemas de ensino disporão de um ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições. Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação [CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2015, p. 2, grifo nosso] (Westfhal, 2016, p. 120).

E finalmente em 12/11/2019 foi promulgada e sancionada pelo Presidente da República Jair Messias Bolsonaro a lei número 13935, a luta pela inserção do profissional do serviço social e o psicólogo na política da educação durou mais de 10 anos para se concretizar, agora a luta é fazer a lei acontecer na prática o mais rápido possível para que o projeto ético-político da profissão comece a ser aplicado através de intervenções tendo a escola como base, conforme a Associação brasileira de mantenedoras de curso superior (ABMES).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, a seguinte Lei: Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. § 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. § 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino. Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições. Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 11 de dezembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República (ABMES, 2019, P. 1).

A promulgação desta lei que obriga o Estado a compor no quadro de profissionais da Educação básica o profissional Assistente social e o psicólogo, conforme a Constituição Federal de 1988 que assegura o direito de educação a

todos e é de responsabilidade do Estado o ingresso e permanência dos alunos, a partir destes incisos percebeu-se que era preciso potencializar a concretude deste direito, levando em conta situações adversas que ocorreram durante a trajetória escolar dos alunos e que poderiam levá-lo a evasão da escolar, podemos trazer aqui alguns exemplos segundo Amaro:

Relações familiares precarizadas, pais negligentes, desemprego, trabalho infantil, drogas e várias formas de discriminação social passam a fazer parte do cotidiano da escola e alimentam as estatísticas da evasão escolar, da multirrepetência e do atraso escolar marcando o início de uma história de exclusões, a questão pedagógica, antes centra, passa a dividir as atenções de professores, pais e alunos, com essas cenas cada vez mais cotidianas. (AMARO,2011,pag.16).

Com os novos profissionais do serviço social engajados na política da educação, o ensino público básico brasileiro ganhará mais qualidades, pois as instituições de ensino além de já estarem trabalhando com equipes em interdisciplinaridade agora contarão com este reforço estabelecido a partir da promulgação da lei 13935.

### 3.1 Lei de diretrizes e Bases e (LDB) e Programa nacional de Assistências Estudantil (PNAES)

Este subcapítulo explica o que é a lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Programa Nacional de Auxilio Estudantil. Os princípios e fins estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para serem alcançados em sua totalidade contarão com uma equipe técnica da educação completa, esses são os princípios e fins da LDB:

I igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extraescolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; XII - consideração com a diversidade étnico-racial; XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, 2019, p. 9)

Ao vermos todos estes princípios e fins da LDB poderíamos nos perguntar, será que professores, alunos, pais, servidores e comunidade conseguiriam resolver

toda demanda adversas de expressões sociais que fazem parte da realidade das escolas sem a atuação de profissionais qualificados do serviço social? Com Certeza não. Refletindo criticamente sobre o movimento dinâmico que envolve as escolas vê-se uma lacuna aberta que os profissionais assistentes sociais preencherão para atuarem nos enfrentamentos de expressões sociais que se estendem até além dos limites territoriais da escola, AMARO explica:

Contudo, diante da complexidade natural das questões sociais e modo como se relacionam, sedimentam e ampliam no cenário escolar tanto profissionais como segmento da comunidade desesperada para tal abordagem dada sua ausência de formação específica, muito pouco tem podido fazer no sentido da superação das dificuldades que obstaculizam a vida na escola. A necessidade de complementação dos saberes disponíveis, na perspectiva de construir abordagem e respostas eficazes e efetivas às demandas sociais apresentadas conjugadas ao conhecimento da qualificação técnica do assistente social para este trabalho, trouxe este profissional para o cenário da educação. Na escola o papel do assistente social consiste basicamente em apoiar e promover a superação das contradições e dificuldades individuais e coletivas, inerente a relação entre escola, sua comunidade e as demandas de seus protagonistas, com vistas a efetivação do projeto da escola cidadã (AMARO, 2011, p. 17).

O projeto da escola cidadã só seria e será possível se o aluno que se encontra em vulnerabilidade social e econômica permanecer na escola, devido a esta situação de vulnerabilidade econômica dos alunos de baixa renda houve a importância da intervenção do estado no ambiente escolar, e aos poucos desde os anos 30 vem se consolidando o auxílio estudantil através de outras políticas como programas de alimentação e moradia universitária, os programas de ensino e permanência para os estudantes inicialmente universitários e depois os secundários e básicos viriam evoluindo até os dias de hoje conforme esta tabela abaixo:

Tabela 2 - História do programa nacional de assistência estudantil e permanência na escola

1928	Inauguração da Casa do Estudante Brasileiro, localizada em Paris, e destinada a auxiliar estudantes que estudavam na capital francesa e tinham dificuldades em se manter na cidade.
1931	Em 1931, através da Reforma Francisco Campos, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Superior pelo Decreto n. 19.851/1931, são propostas medidas de providência e beneficência aos corpos discentes dos institutos universitários, incluídas bolsas de estudos para amparar os estudantes

	reconhecidamente pobres.
1934	Foi assegurado pela constituição a assistência aos estudantes, sendo declarado no art. 157 que “parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e para vilegiaturas”.
1940	A assistência aos estudantes foi estendida a todos os níveis de ensino.
1946	Constituição de 1946 art. 172, segundo o qual “cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar”.
1961	Destaca-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
1967	Artigo 176, a garantia do ensino médio gratuito e no ensino superior para aqueles que, “demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos”.
1971	Lei de Diretrizes e Bases onde se destaca o artigo 62.
1972	Programa assistencial “Bolsa Trabalho”, pelo Decreto n. 69.927, destinado a discentes de baixa condição financeira, de todos os níveis de ensino, que desenvolvessem atividades profissionais.
1988	Constituição Federal de 1988; Nessa Carta Magna, a educação, ao lado de outras políticas sociais, é reconhecida como direito social: Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
1996	Lei n. 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabeleceu as diretrizes para os diferentes níveis de educação e também explicitou aspectos relacionados à assistência dos discentes na educação. Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...] VIII — atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
2007	O Programa Nacional Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído em âmbito federal pela Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007,

	<p>para os estudantes de cursos de graduação presenciais das Ifes, sendo implementado a partir do ano de 2008.[..] PNAES passou a ser regulamentada pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, um instrumento jurídico com mais força e que permite maior estabilidade ao programa. Várias foram as inovações dessa nova regulamentação. A primeira é a definição da finalidade da PNAES como “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.”,</p>
--	---

fonte de dados: Serviço Soc.Soc./A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira, 2017.

Na educação básica técnica federal que compreende os institutos federais de Educação, Ciência e tecnologia (IFEs), o profissional do serviço social começou a compor o quadro de servidores após 2010 para potencializar o combate a evasão escolar e a permanência do estudante até sua formatura, fazendo uso do PNAES que é um programa a nível nacional, mas que ainda não alcançou o status de política pública, conforme o “decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010 dispõe o programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES” (BRASIL, 2010). A partir de então mais especificamente o IFRS começou a contar com a atuação do assistente social junto à equipe de assistência de alunos, local em que o assistente social trabalha em multiprofissionalidade com demais profissionais da Educação, um pedagogo, um assistente de aluno e um psicólogo, este grupo está inserido na equipe de ensino que conta com um número maior de profissionais, como técnicos em assuntos educacionais, professores, pedagogos, assistentes de alunos, diretores e auxiliares administrativos. Com todos estes profissionais trabalhando em equipe multiprofissional está sendo possível a construção de uma educação de qualidade, segundo ALMEIDA:

A qualidade da educação, aqui referida, ao mesmo tempo em que envolve uma densa formação intelectual, com domínio de habilidades cognitivas e conteúdos formativos, também engloba a produção e disseminação de um conjunto de valores e práticas sociais alicerçadas no respeito à diversidade humana e aos direitos humanos, na livre orientação e expressão sexual, na livre identidade de gênero, de cunho não sexista, não racista e não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica, fundamentais à autonomia dos sujeitos singulares e coletivos e ao processo de emancipação humana (ALMEIDA, 2011, p. 44).

Para que a emancipação humana seja uma realidade na vivência do(a) estudante do IFRS, é necessário que ele ou ela tenha a garantia do direito e a

permanência na educação, esses direitos se tornam possíveis através do auxílio permanência e o auxílio-moradia, sendo que o assistente social é responsável pelas análises socioeconômicas de cadastro de alunos que se candidataram a receber estes auxílios, a partir dos dados obtido por meio de um check-list onde o candidato insere sua documentação em conformidade com o edital elaborado em novembro de 2019 para no item:

2.1 Público do auxílio permanência: o presente Edital destina-se a atender a todas/os as/os estudantes do Campus Alvorada do IFRS, matriculadas/os nos cursos regulares no período letivo de 2020 – Integrados, Concomitantes, Subsequentes e Superiores – que sejam identificadas/os como público prioritário: Considera-se público prioritário a/o estudante e sua família ou conjunto de pessoas que se protegem afetiva e financeiramente, independente da consanguinidade e coabitação que sofrem com as expressões das desigualdades sociais que compreendem fragilidades nos seguintes âmbitos: renda (sendo prioritário àquele com 1,5 salário familiar per capita mensal), patrimônio, arranjo familiar, situação de moradia, situação de saúde, contexto educacional, condições de trabalho/ocupação, mobilidade, territorialidade, acesso a programas sociais e serviços, etnia/cor, violações de direitos sociais entre outras situações que deflagram as desigualdades sociais. A/o estudante será classificada/o em um dos 4 grupos de pagamentos conforme expressões das desigualdades sociais analisadas mediante a avaliação socioeconômica realizada por Assistente Social. No entanto, a classificação do grupo de pagamento poderá ser alterada em novo edital. 2.2 Público do auxílio-moradia: o público a ser atendido pelo auxílio-moradia serão estudantes que possuem os critérios do item 2.1 somado às seguintes características: a. Necessidade de mudança/permanência para o município/região de sede do campus. b. Não residir com os familiares e/ou responsáveis legais, exceto com filhas/os e/ou dependentes menores de idade. c. Não ter imóvel em nome do grupo familiar no município/região do campus; 2.3 Priorização: esse edital garantirá prioridade quanto à flexibilização da documentação de solicitação dos auxílios estudantis e a sua concessão às/aos estudantes indígenas e quilombolas dos cursos regulares; e, às/aos estudantes em situação de acampamento, de rua ou outras situações que demonstram fragilidade no quesito moradia, em todas as modalidades de ensino (IFRS, 2019, p.1).

O público de candidatos aos auxílios junto aos demais estudantes que completam o corpo discente, os servidores, professores e demais funcionários terceirizados nos institutos federais encontram na instituição um espaço democrático com pouca interferência do conservadorismo, desta forma o assistente social encontra um ambiente potencialmente livre para exercer suas atribuições fundamentadas no código de ética da profissão, desenvolvendo atividades, como por exemplo: elaboração de meios de intervenções por uma instituição de ensino livre de preconceitos e com diversidades de gêneros, com uma educação emancipadora, principalmente em locais como o Instituto Federal de Alvorada, Restinga e Viamão,

nestes territórios a missão dos lfes chega a ser civilizatória, são ótimos campos de trabalho para o assistente social que está inserido nesta política.

O assistente social na política educação deve ter o cuidado de não entrar na estratégia das classes dominantes, pois trabalhar apenas em prol do empoderamento dos alunos para eles saírem da situação de vulnerabilidade de ordem socioeconômica e após estando preparados para o mercado de trabalho começarem a tomar posse das riquezas deste mundo, seria praticamente o mesmo que fazer o jogo das classes dominantes, segundo ALMEIDA:

Participar do estabelecimento desses consensos está na raiz contraditória de constituição do serviço social na sociedade de classes, visto que depende das condições institucionalizadas pelas políticas sociais para exercer sua atividade laborativa. Contudo, compreender o alcance das estratégias educacionais empreendidas sob a hegemonia do capital financeiro e reorientar a direção política de sua atuação é um desafio que a profissão tem condições teóricas e políticas de forjar. A educação emancipadora não se realizará sob essas condições institucionais presentes na Política de Educação, cuja função central é de mediar os processos de reprodução da sociedade do capital, [...] (ALMEIDA, p. 21).

O profissional do serviço social deve concentrar seu trabalho na emancipação humana, cidadã e democrática rumo ao projeto ético-político da profissão que é uma sociedade sem classes, sem preconceito, sem discriminação, segundo ALMEIDA:

A concepção de emancipação que fundamenta esta concepção de educação para ser realizada depende também da garantia do respeito à diversidade humana, da afirmação incondicional dos direitos humanos, considerando a livre orientação e expressão sexual, livre identidade de gênero, sem as quais não se viabiliza uma educação não sexista, não racista, não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica. Os processos de constituição dos sujeitos coletivos e de suas lutas é, desta forma, condição de uma educação emancipadora, posto que qualificam a democracia como um processo e não como um valor liberal. A perspectiva de democratização está na base de construção dos processos de emancipação humana e uma educação fundada nesta compreensão não pode deixar de fortalecer os processos de socialização da política, de socialização do poder como condição central de superação da ordem burguesa (COUTINHO, *apud* ALMEIDA, pág. 21).

Dentro deste contexto todo de assistentes sociais na política da educação trabalhando fielmente no seu código de ética e no projeto ético política da profissão, conseguiremos alcançar uma educação emancipatória e de qualidade, de luta pelo fim da desigualdade de gênero. O tema deste TCC que aborda a desconstrução do



machismo por grupo de formados por homens principalmente na escola vem de encontro ao enfrentamento destas realidades vivenciadas dentro e fora das escolas.

### 3.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Este subcapítulo problematiza as questões de gênero no ambiente de trabalho e ao entrar neste item é necessário salientar o início de movimentos sociais ocorrido a partir da década de 20, início do Estado novo com a revolução de 1930, pondo fim à república das oligarquias e também conhecida por república velha e republicado do café com leite pelo poder estar em constante alteração entre São Paulo e Minas Gerais.

O conjunto de acontecimentos que levaram a revolução de 1930 se conceitua entre dois termos, o populismo e o trabalhismo tendo o populismo maior destaque na figura do Presidente Getúlio Vargas. Já o trabalhismo foi um conceito usado pela historiadora Ângela de Castro Gomes que aponta os governos populares e nacionalistas das décadas entre 1930 e 1964 como responsáveis por permitir o acesso à cidadania de grande parcela da população excluída do jogo político durante a república velha (Gomes, 1994), dentro destes movimentos sociais que tiveram voz destaca-se Olga Benário Prestes, esposa do líder do partido comunista brasileiro Luiz Carlos Prestes que pela permissão de Getúlio Vargas que por possuir sangue judeu foi deportada para a Alemanha morrendo em um campo de concentração.

Em meio a todas as tensões sociais neste período neodesenvolvimentista brasileiro surge a profissão do assistente social de exclusividade composta pelo gênero feminino.

A partir desta visão determinista durante o governo Vargas o estado transferiu a responsabilidade de manter um controle social para as classes mais pobres da população com a ajuda da igreja tornando assim a profissão do assistente social uma profissão feminina. A assistência social passa a existir sob a responsabilidade da primeira-dama sendo assim até hoje e Segundo Cisne:

Assim a assistência social foi se constituindo como um espaço de atuação feminina, inclusive como uma alternativa à vida doméstica familiar, ao passo que se abria da profissionalização para as mulheres, por ser considerada uma extensão de seus papéis domésticos, ainda que também se constitui se como uma alternativa a vida apenas doméstica e cumprimento de seu papel na sociedade. Nesse sentido a assistência social é construída como um espaço ocupacional essencialmente feminino, absolutamente associado aos papéis conservadores de gênero cobrados da mulher, sendo, portanto, parte

estruturante da divisão sexual do trabalho na sociedade patriarcal capitalista. (CISNE, 2012, p. 39).

Para que esses papéis que definem quem domina e quem é dominado no gênero sofra alterações e se torne menos desigual, tem-se pensado em políticas públicas para dar direitos às mulheres contra violência e discriminação, também para o público LGBT que é muito oprimido pelo grupo de hétero masculinos, esse comportamento de discriminação recebeu o nome, pelo senso comum, de homofobia, na realidade do Brasil, o que existe é uma discriminação social, segundo Nardi:

O termo homofobia também tem sido usado para definir programas e políticas públicas, além de assumir um sentido genérico que designa toda forma de preconceito e discriminação contra a população LGBT. Outros conceitos mais precisos, surgiram no campo das ciências humanas como por exemplo, heterossexismo (que se refere à hierarquia social das sexualidades, na qual a heterossexualidades é considerada superior e dá vantagens sociais aos heterossexuais); hétero normatividade (que se associa ao conceito anterior e explica a forma como a heterossexualidade é tida como "a" norma a partir da qual se classificam as sexualidades); e heterossexualidade compulsória (termo que se refere ao modo como todas são pensadas a priori como heterossexuais de forma compulsória nas relações sociais, ou seja, em princípio, a sociedade é organizada como se todas fossem heterossexuais (NARDI, 2013, p. 20).

A diversidade hoje conquistou visibilidade e está mudando muito os conceitos de família, a família tradicional composta por pais e filhos não faliu mas está convivendo com outros tipos de família, assim como também está aumentando os arranjos familiares, pois a família tradicional vem se remodelando agregando novos membros devido a separação dos cônjuges.

Está havendo mudanças no conceito de família socialmente aceito e também com a necessidade de sobrevivência na atual conjuntura econômica que rege nosso país, profissionais do serviço social, organizações civis, grupos minoritários, lideranças comunitárias e Estado vem pensando e elaborando políticas públicas que compreendam a formação de direitos em relacionamentos estáveis de pessoas do mesmo sexo, sendo um avanço em soluções de velhos problemas como a adoção.

Os primeiros sinais de visibilidade urbana de uma sociabilidade homossexual, começou nos anos de 1950, logo após na década de 60 os grupos feministas ganharam força começando a se questionar a sexualidade e dominação de gênero masculino, com o movimento feminista se fortalecendo o LGBT caminha junto. Um

ano que ficou marcado como o começo dos movimentos LGBT's foi em 1969 com a revolta de Stonewall, a partir da década de 1970 começou gradualmente acontecer a extinção das leis que condenavam os homossexuais através dos movimentos de vários campos para reverter a história de preconceitos e desigualdades (NARDI, 2013).

Com a chegada dos anos 80 a humanidade conheceu a A.I.D.S que foi um fator importante para as transformações sociais atravessadas pela sexualidade que num primeiro momento no enfrentamento da epidemia se reforçou o estigma e o preconceito ao ser utilizada a ideia de grupos de riscos. Os movimentos sociais, pesquisadores e profissionais da saúde se uniram em uma coalizão de solidariedade político-científica e criaram o conceito de vulnerabilidade, como descreve Nardi:

A perspectiva de vulnerabilidade mostra como o preconceito, a discriminação, a ausência de igualdade de direitos, a moral sexual rígida marcada pela dominação masculina, as relações de gênero opressoras, a pobreza e a falta de políticas públicas produzem, em conjunto, as condições para que as pessoas, independentemente da sexualidade e da identidade de gênero, não utilizem o preservativo e não realizem o tratamento adequado (Nardi, 2013, p. 21-22).

Mas toda esta situação começa a melhorar a partir de 1990 quando se muda as formas de enfrentamento da epidemia, é apontado a necessidade de debate público sobre sexualidade, de garantias de igualdade e luta contra o preconceito. Hoje já é um número grande de países que possuem casamentos igualitários de pessoas do mesmo sexo e têm direitos equiparados aos casais heterossexuais, no Brasil os direitos em uniões de pessoas do mesmo sexo passou a ser aceito em 2011, com a decisão do supremo Tribunal Federal que segundo Filho e Rinaldi:

[...] a Procuradoria Geral da República propôs a ADPF 178, recebida como ADI 4277 pelo então presidente do STF, ministro Gilmar Mendes. Tratava-se de uma ação cujo objetivo era reconhecer a união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, nas situações em que estivessem preenchidos os mesmos requisitos necessários para a configuração da “união estável” entre homem e mulher, fazendo com que “os mesmos deveres e direitos originários da união estável fossem estendidos aos companheiros nas uniões homoafetivas” (Chaves, 2012, p. 231). [...] e aplicaram, por analogia, o regime concernente à “união estável”, regulamentada no art. 1723 do código civil de 2002. Os fundamentos constitucionais que embasaram foram os princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III), da vedação à discriminação odiosa (art. 3º, inciso IV), e da igualdade (art. 5º, caput), da liberdade (art. 5º, caput) e da proteção da segurança jurídica. Trataram, ainda, da lacuna legislativa a respeito do assunto sem, no entanto, entendê-la como óbice. Frente a isso, defenderam a supressão da lacuna por meio de analogia ao

instituto mais aproximado, que seria o da “união estável” (FILHO e RINALDI, 2018, p. 29).

Como união estável pessoas do mesmo sexo podem como casados dividem um lar e adotar filhos, mas perante a igreja não é ainda reconhecido a união de pessoas do mesmo sexo, mas o avanço nesta questão foi grande.

#### **4. JUSTIFICATIVA**

Este capítulo traz informações sobre o local do estágio supervisionado e também explica o desenvolvimento do projeto de intervenção.

##### **4.1 LOCAL DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS)/CÂMPUS ALVORADA.**

Este trabalho de Conclusão de Curso traz no seu tema um assunto contemporâneo de uma problemática inserida na questão de gênero na sua expressão social de desigualdade, essa demanda é vivenciada pelo público de usuários que compreende a alunos tanto do ensino da modalidade EJA, como o básico técnico profissionalizante e também superior, ofertados nos institutos Federais de Educação do Rio Grande do Sul (IFRS).

O IFRS é uma Autarquia tendo sido criada através da lei 11892, de 29 de dezembro de 2008 no governo de Luís Inácio Lula da Silva, depois de intenso debate sobre a expansão do processo do ensino Federal, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS (PDI 2019-2023):

O IFRS, com Reitoria sediada em Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul, foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que estabeleceu, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao MEC. Por força da Lei, o IFRS é uma autarquia federal vinculada ao MEC, tendo como prerrogativas a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático científica e disciplinar. Trata-se de uma Instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi. A constituição do IFRS deu-se a partir da integração inicial de quatro escolas de educação profissional com um grande histórico de atendimento às vocações regionais, sendo elas o CEFET Bento Gonçalves, a EAF de Sertão, ambas autarquias, a escola técnica da UFRGS e o Colégio Técnico Industrial Mário Alquati da FURG. Ainda fez parte do processo inicial, a Escola Técnica Federal de Canoas, mas que ainda não se constituía como espaço físico. Todas essas

escolas contribuíram para que o IFRS iniciasse seus trabalhos como IF e trouxeram para o processo sua experiência, seu renome e sua história, que constituíram a base teórica, pedagógica e administrativa da nova Instituição. A partir de 2009, o IFRS foi construindo novos campi – Restinga, Caxias, Osório, Erechim, Viamão, Alvorada, Rolante, Vacaria e Veranópolis – e também devolvendo à sociedade as escolas que haviam sido edificadas com recursos do governo federal, mas que não ofereciam gratuidade aos alunos – Feliz, Ibirubá e Farroupilha (IFRS, 2018, p. 32).

O objetivo dos Institutos Federais de Educação é o desenvolvimento educacional e socioeconômico do povo brasileiro e seu foco é a promoção da Justiça social bem como a busca de soluções técnicas e de gerações de novas tecnologias para crescimento regional. Os Institutos federais possuem uma educação verticalizada, onde os alunos podem ingressar na educação básica integrada ou concomitante técnica ao superior, podendo estender ao mestrado e doutorado.

O assistente social trabalha em multiprofissionalidade no grupo de assistência estudantil com demais servidores e professores que integram a equipe de ensino, que preza pela qualidade com base nas finalidades e objetivos da instituição como está estabelecido no art.29 do estatuto do IFRS;

[...] bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto político institucional, sendo norteado pelos princípios da inclusão social, da estética, da sensibilidade, da política da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção crítico social da sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano (IFRS, 2017, p. 13).

Realizamos o estágio supervisionado e a elaboração do projeto de intervenção no Campus de Alvorada, com sua localização na rua Professor Darcy Ribeiro número 121, Campus Verdes, cidade de Alvorada, o IFE Alvorada começou suas atividades neste endereço no segundo semestre de 2016, seu início foi em 2012 segundo o núcleo de Memória do IFRS.

Alvorada foi marcado pelo diálogo com a comunidade, através da realização de audiências públicas. Foi realizada, na Câmara de Vereadores do município de Alvorada, reunião aberta para apresentar o Instituto Federal, no que tange as suas potencialidades e perspectivas. Na ocasião, formado um Grupo de Trabalho (GT) que definiu o calendário para a realização das referidas audiências. Elas começaram a ser realizadas e o GT tabulou as indicações, verificou as possibilidades de acordo com as condições objetivas do IFRS e, após esse trabalho, pode-se identificar a predominância de interesse nos seguintes eixos: Ambiente e Saúde, Gestão e Negócios, Desenvolvimento Educacional e Social e Produção Cultural e Design (IFRS, 2019).

A partir de agosto de 2013, foi sediado pelo Centro Municipal de Educação Profissional Florestan Fernandes rua Vereador Lauro Barcellos, 285, bairro Água Viva na mesma cidade e em 22 de janeiro de 2015 é concedida a autorização de funcionamento do Campus através da publicação da Portaria nº 27 no Diário Oficial da União. Portaria nº 27 (IFRS, 2019). O Campus possui 2.727.02m<sup>2</sup> e um prédio onde possui, além de salas de aulas, um auditório, sala de direção, de ensino, área administrativa, banheiros masculinos e femininos no térreo e no primeiro andar, um banheiro unissex, área de convivência, laboratório de informática, saguão coberto e estacionamento, neste ano de 2020 começou a ser construído o ginásio de esportes. Na planta do instituto consta mais um prédio que será destinado para a administração, ficando o atual prédio apenas para salas de aulas. Por enquanto devido o desinteresse do governo atual em investir na educação pública gratuita e priorizar o ensino privado, o segundo prédio está aguardando futuros investimentos na sua construção.

Foi planejado a construção de um Campus do Instituto Federal em Alvorada devido ao histórico de vulnerabilidades sociais em que a maior parte da cidade se encontra, almejando um desenvolvimento científico e tecnológico da região a partir de uma educação gratuita, emancipatória e de qualidade. Outro foco dos institutos Federais é a inclusão social desempenhada de bom êxito por ter no seu conjunto de profissionais o assistente social, sendo um profissional formado e qualificado para trabalhar a inclusão social de forma ampla e transformadora, segundo o CEFESS/CRESS:

A inclusão social pode ser indicada por um grande desafio a ser enfrentado pela escola pública brasileira, pois essa só se tornará uma escola inclusiva quando garantir a universalidade e qualidade de seu atendimento, hoje constitui-se uma necessidade da população a garantia de acesso e permanência em uma escola de qualidade, isso significa que a escola, enquanto equipamento social, precisa estar atenta para as mais diferentes formas de manifestações de exclusão que possa ocorrer, desde questões como a violência, atitudes discriminatórias (de etnia, gênero, sexo, classe social, etc.), reprovações, evasões escolar, muitas vezes provocadas pela necessidade de trabalho e contribuição para a renda familiar. Além disso, pode se desenvolver, ainda, diferentes objetos vinculados às necessidades específicas de cada região ou cada unidade escolar, como por exemplo, projetos que discutam a discriminação de etnias, violências, exploração sexual, a inclusão de portadores de necessidades educativas especiais onde alguns deles precisam de um trabalho de articulação da rede de assistência do município, como transporte escolar especial, próteses, cadeiras ou de ainda outros serviços (CEFESS/CRESS, 2017, p. 14-15).

O Campus Alvorada do IFRS dispõe aos candidatos a alunos a oferta de cursos integrados, concomitantes, subsequentes, superior e pós. Os cursos integrados são aqueles em que as disciplinas dos cursos estão integradas à grade curricular de ensino básico de segundo grau e à grade curricular do PROEJA; Já os cursos concomitantes são os cursos onde o aluno estuda em outra escola em um turno e no turno inverso comparecer na instituição apenas para estudar as disciplinas correspondentes ao curso em que está matriculado. No subsequente, o aluno para concorrer a uma vaga, ele deve já ter concluído o ensino médio. Os cursos ofertados no Campus Alvorada são:

- **Integrados ao ensino médio:** Técnico em meio ambiente e técnico em produção de áudio e vídeo;
- **Proeja:** Técnico em cuidados de idosos;
- **Técnicos concomitantes:** Técnico em Processos Fotográficos;
- **Técnico Subsequente:** Técnico em tradução e interpretação de Libras e Técnico em Processos Fotográficos;
- **Superior:** Superior de tecnologia em produção de multimídia e licenciatura em pedagogia;
- **Pós graduação:** Especialização em saúde coletiva.

Nestes primeiros anos do Campus Alvorada, o serviço social, servidores, corpo docente, funcionários terceirizados, se empenharam em tornar o ambiente escolar, compreendendo as salas e espaço físico do campus, o mais amigável e agradável possível aos alunos e comunidade, é um local aberto que trabalha a autonomia e protagonismo do sujeito. Possibilita o desenvolvimento humano e profissional através de atividades e projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, conscientizando-os de que a educação gratuita de qualidade e a permanência nela é um direito de todos, que são cidadãos de direitos.

Vários cursos de extensão e grupos foram criados com o intuito de integrar a comunidade à instituição e trabalhar a emancipação da mesma, um clima de igualdade e valorização é sentido por quem visita o Campus, não possui regras normativas que traga algum sentimento de repressão, professores, servidores, funcionários terceirizados e alunos transitam em igualdade pelos corredores da

instituição. Os alunos têm livre acesso ao setor do grupo de ensino onde transitam para obter informações sobre sua trajetória escolar, nesse local encontramos o assistente social que realiza atividades diárias na Gestão da política de Assistência Estudantil, executando o Programa de Benefícios, e fazendo o acompanhamento do ingresso e permanência discente. O ambiente proporcionado pela Campus é de legitimação com a constituição Federal (1988) “[...] art. 5º Todos são iguais perante a lei [...] - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, [...] Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, [...] V - valorização dos profissionais da educação escolar, [...]”, o sentimento plausível na vivência no campus alvorada é de bem-estar social, em contradição com realidade territorial da instituição. Mas é claro que mais acolhedor que seja a instituição não vivemos uma utopia, muitos problemas existem, as vulnerabilidades vividas pelos alunos em seu bairro ou na sua casa são refletidas no do ambiente escolar, por causa disto é indispensável o trabalho do assistente social na instituição no enfrentamento das demandas tomando atuando na política da assistência estudantil, essa tabela abaixo mostra os princípios e objetivos da Assistência Estudantil do IFRS, segundo a Resolução nº 086, de 03 de dezembro de 2013:

Tabela 3 - Tabela de princípios e objetivos da assistência estudantil do IFRS

PRINCÍPIOS	OBJETIVOS
I. Enfrentamento às desigualdades sociais para ampliação e democratização das condições de acesso e permanência dos estudantes no ensino público federal;	I. Propor direcionamentos éticos para os programas, projetos e ações da Assistência Estudantil;
II. Busca pela equidade de condições de acesso, permanência e diplomação qualificada dos discentes com vistas à inclusão, preservando o respeito à diversidade;	II. Subsidiar a implantação, execução e avaliação dos programas que visam ampliar o acesso e permanência, diminuir os índices de retenção e evasão escolar e melhorar a qualidade de vida dos discentes do Instituto;
III. Priorização do atendimento às necessidades socioeconômicas, psicossociais e pedagógicas, visando à formação integral do estudante;	III. Propor diretrizes para os Diagnósticos Sociodemográficos dos estudantes do IFRS, de modo que os perfis coletados sejam efetivos à leitura das realidades, contribuindo com a eficácia das intervenções da Assistência Estudantil;
IV. Transparência na divulgação dos	IV. Auxiliar na elaboração de propostas



recursos, benefícios, serviços, programas e projetos da Assistência Estudantil, bem como nos critérios para a obtenção e para a manutenção dos mesmos;	diferenciadas com vistas à ampliação do acesso e permanência, bem como para a diplomação qualificada dos estudantes do Instituto;
V. Gestão democrática;	V. Contribuir para a promoção da inclusão social e minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais dos diferentes contextos da educação profissional e tecnológica;
VI. Respeito às particularidades locais e regionais dos campus;	VI. Assegurar a coerência entre os órgãos, os programas, os projetos e as ações da Assistência Estudantil;
VII. Trabalho integrado junto aos Núcleos Institucionais relacionados às políticas de ações afirmativas, colaborando desta forma com a construção de uma cultura de inclusão na Instituição, com a democratização da educação e promoção da equidade;	VII. Propor modelos organizativos à estrutura institucional, com vistas ao aprimoramento dos fluxos de funcionamento da Assistência Estudantil;
VIII. Busca pela equidade nos critérios de distribuição dos recursos entre os campus;	VIII. Atender as necessidades socioeconômicas, psicossociais e pedagógicas dos estudantes por meio de programas, projetos e ações.
IX. Trabalho integrado com as Direções de Ensino dos campus;	- - -
X. Trabalho Integrado com as Comissões Permanentes de Seleção.	- - -

FONTE: BRASIL. Resolução nº 086, de 03 de dezembro de 2013. IFRS.MEC

## 4.2 PROJETO DE DESCONSTRUÇÃO DO MACHISMO

A questão social que mais trabalhamos no campo de estágio supervisionado foi a questão de gênero, na sua expressão social de desigualdade, tendo como intervenção um projeto de reunir um público-alvo de alunos do sexo masculino, tanto hétero como homossexual, para discutir e debater os problemas nocivos ligados ao machismo e a desigualdade de gênero.

A maior parte dos atos de violência de aluno para aluno nas escolas têm a sua origem no ensinamento errôneo que o jovem recebe desde menino, sendo ensinado pelos pais ou a figura masculina mais próxima que deve defender e provar sua masculinidade, o que acaba acontecendo no geral através de brigas e atos de discriminação e inferiorização das meninas. Outra forma de expressão da violência nas escolas ocorre devido a reprodução da violência que o aluno sofreu ou sofre dentro do ambiente familiar, de uma forma ou de outra a maioria das situações e práticas de violências têm o machismo como seu início segundo AMARO:

Apesar do esforço e ruptura cultural que a mudança proposta envolve, muitas comunidades escolares têm protagonizado por conta do tabu associado à sexualidade, uma lenta modificação nas rotinas e pautas pedagógicas sobre a temática. Em vista disso, deve a escola revelar-se como lugar em que todos os gêneros se integram e se respeitam mutuamente, nunca ao contrário. Mas a realidade tem mostrado que o ambiente escolar tem sido permeável as múltiplas formas de estigmatização, violação de direitos e violências, especialmente dirigidos contra as mulheres e os diversos segmentos homossexuais. Sabe-se que por trás destas violências está a visão hegemônica do machismo, muitas vezes alimentada na escola mesmo por mulheres ocupantes de cargo de professor ou direção, ao reforçar estereótipos ligados à fragilidade feminina e à vulgaridade ou promiscuidade homossexual (AMARO, p. 90-91).

A partir da criação dos Institutos Federais em 2008, os temas ligados à sexualidade tiveram mais liberdade de discussão no ambiente de ensino básico, por objetivar-se a oferta de uma educação compromissada com a emancipação humana, indo além de apenas repassar conteúdos ao público discente. Com a formação de diversos grupos de debate e discussões sobre uma variedade de temáticas nas instituições de ensino federal, se destacou muito os grupos feministas de combate à desigualdade de gênero.

A instituição que compreende o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Alvorada possui um grupo feminista de enfrentamento da expressão de desigualdade de gênero, denominado "Coletivo

Marielle Franco” (fig.3, p.4). Esse coletivo feminista iniciou suas atividades um dia após o assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista na cidade do Rio de Janeiro, Marielle Franco além de vereadora era socióloga e ativista nas causas feministas e de discriminação de gênero.

O Coletivo Feminista Marielle Franco promove o empoderamento de mulheres e tem entre seus objetivos fornecer, através de debates e rodas de conversas, o conhecimento sobre todo os tipos de discriminação que envolve o cotidiano das mulheres, essas discriminações aliadas ao preconceito acarretaram em violências de todo tipo, incluindo também os feminicídios, que infelizmente estão com seus índices em acentuado crescimento em nosso país. No grupo Coletivo Marielle Franco o público feminino também é orientado sobre seus direitos e quando é necessário encaminhado ao acesso de políticas públicas através do Serviço Social da instituição.

A assistente social participou da formação e planejamento do grupo feminista Marielle Franco, em conjunto com outros profissionais da educação como professoras(os), pedagogas(os) e alunas(os). O grupo tem como uma das principais característica a liberdade de interações nos seus encontros tanto de participantes do sexo feminino como também participantes do sexo masculino.

A política da instituição por promover uma educação emancipadora não discriminadora, não racista e não sexista proporciona através de seus objetivos definidos no estatuto do IFRS:

[...] estimular, por meio da criação de políticas, a ampliação continuada das condições de permanência dos estudantes no IFRS, considerando a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão (IFRS, 2017, p. 4).

Dessa maneira, um ambiente educacional comprometido com a retenção da evasão escolar será propício e agradável o trabalho de elaboração de projetos e criação de grupos de enfrentamentos da desigualdade de Gênero. Nesse ambiente de liberdade, expressão e emancipação humana torna possível nos próximos semestres a formação de grupos de debate e discussão de gênero por alunos do sexo masculino, também grupos mistos, dessa forma com todos abraçando esta causa o resultado será mais eficaz e bem gratificante num trabalho em conformidade com os princípios do código de ética do serviço social que diz:

VI - Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; [...] VIII - Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero [...] (CEFESS, 2017, p. 32).

O coletivo Marielle Franco desempenha um trabalho importante no combate à evasão escolar e sua causa está muito ligada à desconstrução da hegemonia masculina, que impõem ao sexo feminino uma posição de inferioridade. O público feminino de alunos da instituição por motivo dessa desigualdade se fadiga nos trabalhos domésticos, nos cuidados com a família e submissão aos seus companheiros, muitos por ignorância se beneficiam desta tradição patriarcal conservadora que socialmente possuímos, o que torna para o público feminino da instituição trajetória escolar um fazer fatigado, principalmente nas turmas noturnas do PROEJA (Programa Nacional de Ensino de Jovens e Adultos), por se tratar na maioria dos casos de pessoas com idade avançada além do tempo regular de ensino, tendo por causa disso mais dificuldade de dedicarem tempo para os estudos, porque tendo família constituída, muitas ainda exercem atividades remunerativas fora de casa.

Através de nossa reflexão sobre as dificuldades que a grande maioria de alunos enfrentam para permanecerem nos estudos, chegamos ao consenso de que um grupo masculino de discussão sobre a desconstrução da cultura machista seria uma soma positiva nos objetivos do trabalho do grupo feminista “Marielle Franco”. Seria na verdade quando posto em prática, uma extensão aos propósitos de empoderamento e libertação da mulher.

Precisamos formar alunos livres de serem reprodutores de preconceitos e discriminações a aptos a conviverem com uma nova realidade, que é a mulher emancipada. Como a instituição pertence a esfera da Educação nada mais óbvio do que propiciar aos alunos do gênero masculino uma possibilidade de conscientização e real vivência em uma escola com educação não sexista.

Devido aos efeitos negativos que acompanha a cultura machista muitos alunos também do gênero masculino desistem dos cursos em que estavam matriculados na instituição, devido à necessidade de procurarem mais um emprego ou fazerem horas extras, por serem muito exigidos pelos preceitos da sociedade, de que devem ser os provedores do sustento de sua família.

No momento que esta cultura de hegemonia de gênero estiver desconstruída, será compreensível para a sociedade uma família com mais de um provedor ou o consenso de quem será o mantenedor da família, os membros de cada família decidirão quem e quando cada um trabalhará ou estudará de acordo com suas escolhas e não de acordo com um sistema cultural machista conservador. Nota-se claramente neste caso a diferença na liberdade de escolha, com este planejamento pacífico familiar não haverá mais a necessidade do aluno, que estiver estudando, parar de estudar para prover o sustento da família apenas pela situação de ser homem.

As primeiras ações do Projeto de Intervenção aconteceram durante os encontros feministas da instituição, sendo realizadas através de esclarecimento do que pretendemos fazer para intervir na realidade que compõe a desigualdade de gênero. Foi explicado para o público presente no encontro do dia 16/10/19 o propósito de enfrentamento do projeto que convida professores, alunos e servidores principalmente do sexo masculino a se encontrarem e discutirem o movimento destrutivo da cultura machista, expliquei para o coletivo feminista Marielle Franco, que a luta pela desconstrução do machismo é de todos e que é necessário ser motivado a formação de grupos de homens, empenhados em somar a essa luta, por equidade e igualdade de direitos com ênfase na educação, empoderando gerações futuras a viverem uma cidadania mais digna.

O projeto de intervenção reforça a luta pelo fim da desigualdade de gênero e surge em contradição a uma conjuntura política que insiste em se fechar para o assunto de enfrentamento das expressões sociais das questões de gênero, principalmente em instituições de ensino, pois nossos governantes concentram seus esforços no sucateamento da educação pública em prol do crescimento da educação privada, em benefício do conservadorismo, o neoliberalismo, e também o clientelismo, desta forma sempre tentando intimidar as ações voltadas a emancipação do sujeito. Em meio a este cenário elaboramos o projeto, em contradição a esta conjuntura conservadora, em luta pelo fim da cultura machista para a real emancipação humana.

A data agendada para a reunião com a exibição do documentário “O Silêncio dos Homens” foi o dia 13 de novembro de 2019, depois de termos enviado convite via e-mail para alunos, servidores e também convite feito pessoalmente nas turmas

do Proeja. Os participantes foram 11 pessoas com muita interação no debate sobre o tema do documentário.

## 5. OBJETIVOS DA PESQUISA

A seguir anunciamos o objetivo geral e os específicos da pesquisa sobre o combate a desigualdade de gênero, violências, discriminação preconceito e evasão escolar no Instituto Federal Campus Alvorada-IFRS.

### 5.1 OBJETIVO GERAL

Desenvolver um projeto onde o resultado a ser alcançado seja a formação e desenvolvimento de grupos compostos pelo gênero masculino para discutir e debater masculinidades e a nocividade do machismo, dessa forma enfrentando a evasão escolar na instituição de ensino do Campus Alvorada-IFRS.

### 5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos do projeto foram:

- Reunir um grupo de pessoas prioritariamente do sexo masculino para dialogar e refletir sobre os efeitos nocivos à cultura machista na escola e na sociedade;
  - Aprimorar uma conscientização de que a mulher está conquistando mais espaço e necessário o entendimento do homem para o homem;
  - Contribuir com a vigilância no combate da cultura machista;
  - Orientar usuários de que a cultura machista é discriminatória, preconceituosa e destrutiva em relação a todos;
  - Reter a evasão escolar na atuação direta na demanda pela expressão social de desigualdade de gênero.
- a) **Resultado final:** Combater a desigualdade de gênero através de maior participação do gênero hegemônico (masculino) para diminuir a violência, discriminação e preconceito na instituição de ensino para conseguirmos a retenção da evasão escolar.

- b) **Os resultados que se pretende alcançar:** Analisar a realidade social da instituição quanto a evasão escolar, violência e opressão causada pela reprodução da cultura machista.
- c) **As soluções que se pretende dar ao tema escolhido:** Propor a mudança na realidade da expressão social de desigualdade de gênero, combatendo o preconceito, a discriminação e a opressão que sofrem as pessoas por pertencerem ao sexo feminino ou ao grupo LGBT.

## 6. METODOLOGIA DE PESQUISA

Este capítulo traz a metodologia usada para se obter dados para pesquisa relacionado ao tema deste TCC.

### 6.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

### 6.2 REUNIÃO

Particpei ao longo do estágio supervisionado de várias reuniões com roda de conversas de discussão sobre feminismo, direito da mulher, discriminação de gênero, hegemonia de gênero, feminismo negro, racismo e etc. onde foi feito uso da coleta de dados através da observação e escuta sensível, para absorver conhecimento a respeito do assunto tema do projeto TCC.

### 6.3 GRUPO DE EXTENSÃO

Particpei de grupos de curso de Extensão com o tema sobre autoras negras e feminismo negro, também usei como método de pesquisa a observação e escuta.

### 6.4 PALESTRA, SEMINÁRIO

Particpei de várias palestras e seminários com temas sobre racismo, política, ensino, capitalismo, muitos dados coletados com a observação.

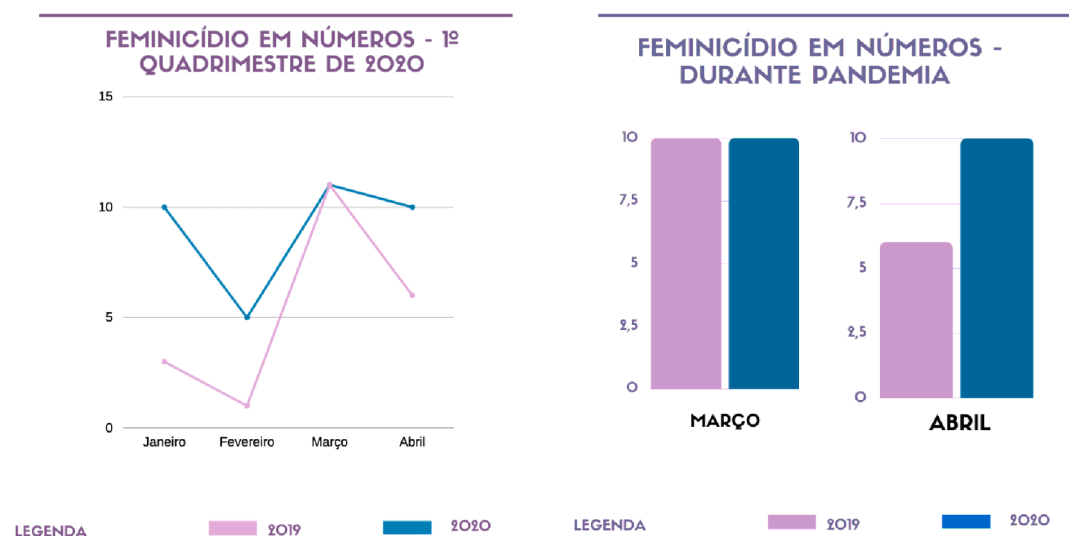
## 7. ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA

Este capítulo traz a análise dos dados obtidos pela pesquisa bibliográfica de leitura de autores com seus trabalhos relacionados ao assunto de gênero, política da educação, história e documentos norteadores do IFRS, também dados de pesquisa documental, observatório, dados coletados em reuniões, cursos de extensão, palestra e seminários.

Na pesquisa foi constatado, através da análise de seus dados, que a cultura machista é uma grande causadora de desigualdade, tanto de gênero como também socioeconômica, por impor ao homem, através de ensinamento familiar e estrutural, a obrigação de estabelecer sua hegemonia a qualquer custo, reproduzindo o machismo como ápice de uma cultura socialmente aceita, essa cultura de tradição histórica se revela também responsável por muitos preconceitos, discriminações e violências praticadas chegando a homicídios e feminicídios.

Por conta de muitos programas criados para combater o feminicídio no RS, em 2019 o índice de feminicídios diminuiu em comparação com 2018 e por conta da pandemia do COVID-19 voltou a crescer em 2020, isso é um exemplo claro da força destrutiva da cultura machista no RS, estaria bem em evidência num isolamento nos lares, o que tem sido comprovado pelo número de feminicídios em comparação do mesmo período no ano de 2019 com 2020, durante o distanciamento social e isolamento houve um crescimento nos números de feminicídios, Fonseca esclarece com estes gráficos:

Figura 1 – Feminicídios aumentam durante quarentena no Rio Grande do Sul



Fonte: <https://ponte.org./feminicídios-aumentam-durante-quarentena-no-rio-grande-do-sul/>



Nota-se claramente ao refletir sobre esses dados que a cultura machista no Rio grande do Sul está ligada a prática da violência doméstica, isso pode e deve ser confrontado pela assistente social na educação, com projetos como esse que faz parte deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Ao se colocar em prática o projeto de intervenção foi pensado em se atingir um meio de trabalhar mais a queda do índice de desigualdade de gênero na instituição, com a proposta de reunir um grupo de pessoas exclusivamente do sexo masculino para discutir, refletir e debater sua responsabilidade sobre o auto índice de evasão escolar e também outros malefícios causados pelo comportamento dentro de uma tradição de sociedade culturalmente machista.

Na organização de reuniões para debate deste assunto houve muita dificuldade de se conseguir interesse do público-alvo que compreendia os alunos do sexo masculino prioritariamente estudantes do PROEJA, mas é claro que a participação no encontro proposto deveria ser permitido a presença democrática de servidores, professores e alunas, em conformidade com a ética institucional de democracia, desigualdade, diversidade e inclusão social, houve mais interesse pelo público feminino de participar das reuniões, pelo motivo de já estarem engajadas no grupo feminista e já estarem acostumadas a se reunir e discutir assuntos ligados ao feminismo, machismo e ao sexismo, também pelo fato do homem se fechar para assuntos de masculinidades, fazendo com que isso seja um tabu entre eles. As reuniões foram acontecendo estrategicamente junto ao grupo de empoderamento feminino atuante na instituição.

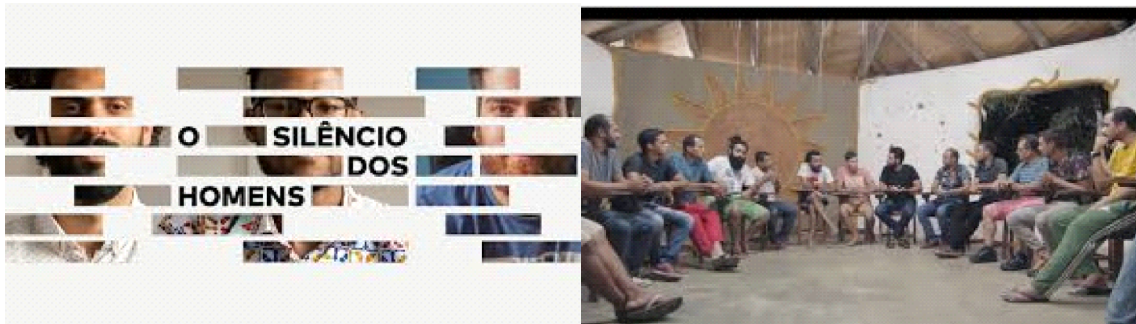
Os dados foram coletados durante observações e escuta sensível como também debate no trabalho e desempenho do grupo feminista, também com a participação como estagiário do serviço social nas reuniões do grupo feminista, sendo democraticamente permitido expressar suas opiniões e relatos de sua subjetividade em relação aos assuntos de interesse do grupo.

As ações da intervenção foram se desdobrando em conformidade com os encontros do grupo feminista buscando-se uma articulação entre os membros, para que ficasse bem claro os objetivos a serem alcançados, com a proposta de um grupo de luta pelos mesmos princípios, mas através de um olhar bem diferenciado, um olhar partindo do entendimento dos opressores conscientizados e interessados na mudança de seus hábitos.

Nos encontros do grupo feminista os debates sobre a intenção de somar resultados em comum com os futuros grupos masculinos de debate da “desconstrução do machismo” tiveram uma aceitação unânime entre seus membros, e dentro de uma positividade mútua o grupo motivava a realização deste projeto de intervenção.

Pela dificuldade de realização de reuniões de debates sobre hegemonia de gênero com o gênero opressor, houve a necessidade de uma estratégia inicial que atraísse o público pretendido, então a intervenção focou-se na exibição de um documentário, o documentário escolhido foi “O Silêncio dos homens”, sendo seguido de debate após seu término.

Figura 2 – O silêncio dos homens



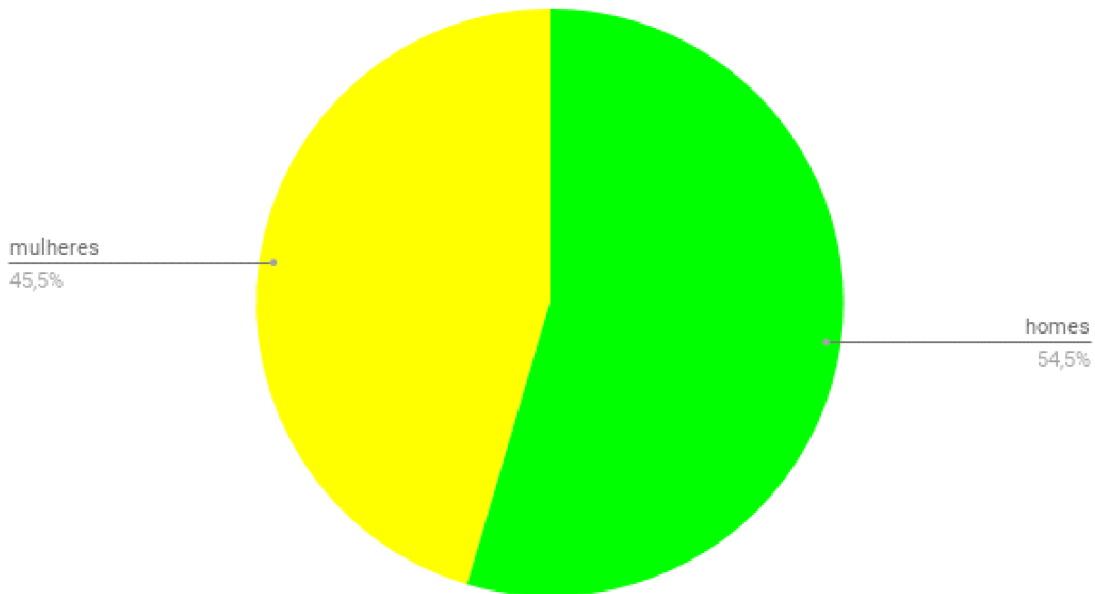
Fonte: <https://www.papodehomem.com.br/o-silencio-dos-homens-documentario-completo/>

Para participar do debate foi convidado o fundador e anfitrião do grupo “O Melhor que Podemos Ser”, que é um grupo de homens que se encontram uma vez por mês para trocar experiência, falarem sobre si, discutir e debater tabus e conceitos ligados à masculinidade e principalmente a masculinidade tóxica.

Uma semana antes da exibição do documentário fizemos o convite aos alunos do gênero masculino das turmas do PROEJA para assistir ao documentário e mandamos um e-mail aos professores e alunos de outras turmas que estudavam a tarde, pois o horário de exibição contemplava os dois turnos de estudantes, tarde e noite. O público presente foi menor do que o esperado, estavam presentes onze pessoas sendo que seis eram homens e cinco mulheres, mas todos foram muito participativos no debate, como o gráfico mostra teve um pequeno percentual a mais de homens:

Figura 3 – Gráfico: o silêncio dos homens

presentes na exibição do documentário "O Silêncio dos Homens"



Fonte: <https://www.papodehomem.com.br/o-silencio-dos-homens-documentario-completo>

Durante a exibição do documentário, os usuários participantes ficaram muito atentos aos detalhes da mensagem que era passada visualmente através da exibição do documentário "O Silêncio dos Homens". Ficamos muito satisfeitos com os resultados, porque apesar de ter sido realizada apenas uma reunião com o debate, onde a expectativa era de, pelo menos, três. Todos presentes foram muito participativos, com várias perguntas sobre o tema, inclusive a proposta de intervenção gerou o interesse em uma aluna, que estava presente na exibição do filme, em continuar o trabalho no próximo semestre, motivando alunos meninos a participarem e a partir dessas ações começarem a ser formados futuros grupos de debates da desconstrução da cultura machista no Instituto. Nesse momento percebemos que o projeto estava alcançando seu principal objetivo, que é a formação de grupos masculinos de debates e discussão sobre a desconstrução da cultura machista.

O objetivo do projeto de intervenção era a reunião de pessoas preferencialmente do sexo masculino, homens héteros e também homens do grupo LGBT, mas a realidade no conjunto de vários fatores como culturais, que torna o homem preso aos modelos de masculinidade, onde o conveniente para eles é evitar entrar em assuntos que destacam e expõem suas fraquezas e angústias.

Mas o real alvo a ser atingido era o enfraquecimento do machismo, isso sim, foi atingido até de maneira melhor do que a pretendida, o encontro abriu um legítimo interesse por parte de professores e alunos a dar seguimento do projeto no ambiente escolar da instituição, conforme MINAYO:

[...] o produto final da análise de uma pesquisa, por mais brilhante que seja, deve ser sempre encarado de forma provisória e aproximativa. Este posicionamento por nós partilhado se baseia no fato de que, em se tratando de ciência, as afirmações podem superar conclusões prévias a elas e podem ser superadas por outras afirmações futuras (MINAYO, 1994, p. 79).

Esperamos que isso seja uma realidade e que muitas afirmações futuras venham a superar estes dados, pois a soma destes resultados se tornaram muito importante no processo de amadurecimento da intenção do projeto, pois ficou evidente que o projeto de desconstrução do machismo vai ter seu início concreto a partir de integrantes do grupo feminino de alunos, motivando os alunos do grupo masculino a participarem, e conforme o esclarecimento e conscientização que irão adquirindo, chegarão a uma autonomia que permita que eles sejam livres da força da conduta machista que trazem desde meninos e consigam se reunir e realizar os encontros masculinos de desconstrução do machismo.

## 7.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Este subcapítulo apresenta a realidade social identificada na pesquisa acadêmica e a expressão social de desigualdade na questão de Gênero, que trouxe dados como discriminação tanto simbólica como estrutural e violência associados a uma cultura histórica que perpassa de geração em geração, sendo nomeada por machismo, hegemonia de gênero ou numa linguagem mais contemporânea masculinidade tóxica.

Nas instituições de educação o grupo que pertence ao gênero hegemônico propaga discriminação, preconceito, bullying e violências tanto verbais como físicas, levando alunos com deficiências ou com necessidades especiais e grupos de preferência sexual, minoritários, à evasão escolar.

## 7.2 ANÁLISE DOS DADOS

Este subcapítulo apresenta a análise dos dados da pesquisa sobre o tema que se refere ao objeto de pesquisa.

Em um ambiente escolar, na escolha de um determinado objeto de pesquisa, é comum ser desvendado alguma expressão de violência, o que é muito comum, principalmente em um território de muitas vulnerabilidades, essas violências se revelam de várias formas, na maioria dos casos levam o estudante a desistência de seu curso e a escola reflete a vivência fora dela. Nessa perspectiva de fazer uma análise de dados sobre o objeto de nossa investigação, o “machismo”, que se desdobra como um mal inserido em nossa cultura através de costumes e hábitos adotados historicamente por nossa sociedade, sendo assim, para analisar os dados de pesquisa deste objeto é necessário valorizar muito os dados qualitativos pelo fato da escola ser um universo de subjetividade humana, segundo MINAYO:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares [...] que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. [...] a abordagem qualitativa aprofunda-se ao mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2022, p. 21-22).

Pelo objeto desta pesquisa se encontrar inserido num mundo pertencente aos significados, estruturado e sincretizado nas crenças, valores e atitudes, como explica a citação acima. Um passo importante foi dado na instituição de mudar a realidade de opressão em que vivem as pessoas do grupo feminino e ao grupo LGBT, pois durante coleta de dados obtidos em observação e escuta qualificada, também nos documentais de registros de desistência de alunos, constatou-se que a vivência sob demandas de violência, tanto psicológica como preconceito e discriminação, é em grande parte causada pela desigualdade de gênero, uma intervenção de atuação somente feminista não seria suficiente para este combate, que é de responsabilidade de todos.

Os dados obtidos mostrou uma real necessidade de criar e motivar o público masculino a fazer sua parte nesta luta, começando a partir de uma reunião de grupo para discutir este assunto. A questão de gênero traz a desigualdade em sua expressão social tornando um gênero se sobrepondo a outros e causando uma grande desigualdade. Isso reflete em grande parte na evasão escolar.

No ambiente escolar o assistente social tem em sua profissionalidade a formação técnica necessária para trabalhar no enfrentamento de expressões sociais relacionadas com a questão social da violência, elaborando e aplicando programas de combate às drogas e o alcoolismo, na diversidade com enfrentamentos na desigualdade de gênero e grupos minoritários, combatendo o preconceito e a discriminação.

Devido ao histórico da cidade de Alvorada, o público usuário da instituição vivem uma realidade de vulnerabilidades sociais de negação de direitos por parte das autoridades, em meio a isso se propagou a violência, o tráfico de drogas e muitos feminicídios. Os responsáveis por esmagadora maioria destas violências são pessoas do sexo masculino, além de praticarem violências para com outros gêneros também praticam violências contra si mesmo, devido a cultura machista. Valadares, no site papo de homem, explica que a “Violência doméstica, ausência de mulheres em posições de poder na política e economia, assédio, altíssimas taxas de suicídio, homicídio, mortes no trabalho, encarceramento entre os próprios homens, etc. a lista é longa” (Valadares, 2019). Os dados comprovam que os homens são o gênero mais propagador de violências e isso é aceito culturalmente por nossa sociedade.

Os dados mostram que é possível fortalecer uma transformação social a partir do ambiente escolar, no enfrentamento de culturas que beneficiam hegemonicamente um gênero em prol da reprodução de acumulação capitalista, tendo o gênero masculino como opressor e dominante contribuindo para a prevalência do atual modelo de sistema capitalista. E dessa forma a escola formando futuros cidadãos para o exercício da cidadania e o trabalho com qualificação, terá seus alunos do sexo masculinos com a maioria das oportunidades de bons empregos e remunerações, em desigualdade com outros gêneros que tiveram a mesma formação técnica escolar, mas que são injustamente jogados na marginalidade por não terem sido beneficiados pela prevalência da cultura machista que alimenta as desigualdades neste atual modelo de sistema capitalista brasileiro.

A instituição na qual foi elaborado o projeto que dá o tema para este TCC tem em seus métodos pedagógicos a formação de sujeitos emancipados, mas vivemos em uma sociedade onde a concretude de seus valores está estabelecida historicamente no conservadorismo e o patriarcalismo, logo, quando o estudante estiver preparado para o convívio social na sociedade e no trabalho, vai ter que conviver com princípios inversos a sua formação, vai ter a oportunidade de ser um

agente transformador na dificuldade posta pela cultura machista a ela ou ele no dia a dia. Nos dados analisados qualitativamente levantado pelo pesquisador deste objeto a sociedade traz sua contribuição por sua vivência, segundo SETUBAL:

É evidente que a sociedade a que nos referimos não é abstrata, mas sim aquela na qual vive o pesquisador e das quais demandas determinações sociais que influenciam esse e a pesquisa. Reconhecemos a importância das determinações sobre o pesquisador, mas esse, como sujeito, procura dentro de sua temporalidade história desempenhar, além do papel de ator, o de agente ativo que a cada instante constrói a si, ao seu objeto de investigação e com isso colabora, por meio do seu conhecimento, com as transformações sociais. Nessa movimentação, o pesquisador, de alguma maneira, intervém na organização da sociedade, em virtude de ter a pesquisa, em seu papel libertador, possibilidades de influenciar as transformações sociais (SETUBAL, 2011, p. 24).

Transformações sociais que acontecerão na continuidade de projetos de enfrentamento da instituição conjuntamente com o profissional do serviço social sobre o objeto desta pesquisa enfrentando a desigualdade de gênero e atenuando seus malefícios.

### 7.3 RESULTADOS

Este subcapítulo traz os resultados dos dados da pesquisa pressupondo a melhor proposta de intervenção, intervindo com projetos diretamente na mudança de atitudes e conscientização do grupo que se beneficia com o machismo, começando a realizar os reparos, para que as próximas gerações não tenham que conviver com expressões sociais de desigualdade e violência tão expressivas.

Os dados mostram que o importante é que este trabalho seja feito pelo próprio grupo que reproduz diretamente o machismo, o grupo de gênero héteros masculinos, que começam a realizar este enfrentamento a partir de reuniões com debates e discussões sobre o assunto em locais particulares, públicos, de terceiro setor e principalmente na esfera da educação, preparando o jovem para um futuro próximo, com índices de desigualdades de gênero menores e o fim de violências físicas, homicídio e feminicídios.

Propomos um trabalho mais intenso no enfrentamento da expressão social de desigualdade de gênero na área da política da educação, que apesar de já haver muita intervenção nesse sentido e bons trabalhos para empoderamento das mulheres, mas no caso dos homens existe pouco investimento no assunto, o que

exige ainda a quebra de muitos tabus, esses tabus têm que ser quebrados com muito conhecimento e técnica de trabalhos voltados para cada grupo, levando em conta suas principais características de acordo com a faixa etária, por exemplo, sendo usado métodos apropriados a cada público de estudantes, porque desconstruir algo que historicamente está inserido na cultura do país não é um trabalho tão fácil, precisa ser realizado por profissionais tecnicamente preparados e instrumentalizados para a educação, neste sentido entra a atuação do profissional do serviço social com sua formação técnica em trabalho multiprofissional com demais profissionais da educação.

Podemos expor um exemplo de como começar a intervenção, podemos começar com projetos envolvendo competições entre turmas, com jogos didáticos, esportes, gincanas, sempre tudo envolvido com muitas mensagens de combatendo as desigualdades de gênero, com soma de pontos para as turmas e premiações, estas premiações devem ser realizadas de forma inteligente, que não tenha valores pagos em dinheiro, mas sim um valor de acordo com os pontos para a turma e o aluno vencedor e que essas premiações sejam recompensadas com o que o aluno escolher ganhar até no valor correspondente da premiação atingida (AMARO, 2011) e principalmente trabalhar no convencimento dos alunos do sexo masculinos a aderirem a luta pelo fim das desigualdades de gênero, depois que conquistamos a adesão deles e a motivação em trabalhar em prol da luta pelo fim da desigualdade de gênero vai ficar bem mais fácil começar a formação de grupos de homens ou meninas para empenhar-se na desconstrução do machismo.

#### 7.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este subcapítulo traz os resultados que foram atingidos em boa parte da sua totalidade, pois foi projetado se alcançar resultados de uma forma, mas a dinâmica de trabalho da instituição direcionou o projeto por outro caminho, um caminho até mais eficaz, devido a sua fidelidade da instituição em seus princípios de educação libertadora e emancipatória, objetivando a cidadania, a democracia e o ensino de qualidade, formando sujeitos tecnicamente preparados para o mercado de trabalho e conscientes de seus direitos, tudo isso impulsionou o projeto por uma trajetória que ocasionou um resultado satisfatório, superando as expectativas em torno do projeto de intervenção. Pois como o projeto trouxe um assunto pouco explorado em



instituições de ensino surgiu a motivação também do grupo feminino a começar a trabalhar o projeto, motivando os alunos do sexo masculinos a formar os seus grupos, para somar na luta por causas em comum com o grupo de empoderamento de mulheres.

Muita discussão interessante surgirá com grupos de estudantes héteros que levarão ao esclarecimento de muitas problemáticas que fazem parte do cotidiano da vida de cada um e acaba por falta de entendimento levando eles e também estudantes de outros gêneros a evasão escolar.

A atuação das políticas públicas no enfrentamento na desigualdade de gênero, que apesar de serem poucas estão em eficiência, esses grupos levarão ao empoderamento dos grupos minoritários, como os pertencentes ao LGBT.

## **8 CONCLUSÕES**

O tema do TCC escolhido foi fundamentado no princípio VI do código de ética que atribui ao assistente social: “VI - Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS,1993).

A Partir desse princípio, o profissional do serviço social tem a responsabilidade de trabalhar na motivação, apoio e organização de grupos minoritários para discussão e debates dos problemas que os cercam, na ausência de um trabalho com esses grupos minoritários na instituição de atuação do assistente social, o mesmo deverá criar um grupo, existem vários grupos de enfrentamento de causas das expressões sociais na desigualdade de gênero, nas duas últimas décadas têm surgido grupos de um segmento novo que compreende a grupos de formação exclusivamente masculina com o intuito de desconstruir o machismo, da soma com grupos feministas em trabalhos contra o que beneficia somente o homem, compartilhando entre si, principalmente com mais jovens, ensinamentos para acabar com hábitos nocivos às mulheres e também violências praticadas contra as mesmas.

Este trabalho de Conclusão de Curso trouxe muito conhecimento na área da questão de gênero, na expressão social de desigualdade, principalmente no seu impacto na esfera da educação, a luta na eliminação de violências ligadas a preconceitos, discriminações e racismo tem sido realizada na instituição com o trabalho do assistente social em interdisciplinaridade com outros profissionais da

educação, sendo solidificado um trabalho muito eficiente no combate a desigualdade de gênero, através do coletivo feminista, que opera de forma a empoderar a mulher na conquista de seu espaço como cidadã de direitos.

A proposta da intervenção foi o trabalho com o público masculino, oferecendo a este público a oportunidade de integrar o combate com objetivos e princípios em conformidade com o trabalho do coletivo feminista da instituição, porque desconstrução do machismo é um trabalho que requer muita insistência, pois esse está enraizado em nossa cultura e dificilmente vai deixar de existir em nossa geração, inclusive homens que estão dispostos a confrontar esta situação e mudar seus hábitos não conseguirão deixar de reproduzir o machismo com facilidade, mas conseguirão sim, amenizar seu efeito destrutivo em algumas situações. O que o homem conscientizado poderá fazer é ter cuidados nas suas atitudes e sempre que perceber que está reproduzindo algum hábito machista parar imediatamente e refletir sobre maneiras de reverter a situação, para que não haja danos socialmente causado por sua ação automática e impensada.

Existe um preconceito já sendo imposto pela sociedade sobre os pequenos grupos de debate e discussão sobre a desconstrução do machismo onde se entende que deixar de ser machista é se tornar-se menos homens, não é nada disso, desconstruir o machismo é entender que não é necessário para ser homem ser dominador, violento, gritão, ser mais forte, desrespeitar mulheres, bater na companheira, ser preconceituoso, bater em outros homens e etc., ser homem basta apenas se reconhecer como homem e não precisar provar sua masculinidade pra ninguém. Na luta pela extinção da reprodução desses preconceitos e muitos outros sofridos pelos usuários, ao ingressarem na instituição, encontram um local acolhedor e não discriminatório, isso muito ajuda em se iniciar um trabalho como esse já descrito acima.

O assistente social com sua formação técnica profissional é capaz de contribuir no combate ao machismo, elaborando e acompanhando projetos que venha a motivar a formação dos grupos de homens, nas suas respectivas áreas de atuação, além do enfrentamento as desigualdades de gênero, nesses grupos o homem aprenderá a usar um espaço de tempo reunido com outros homens, para refletir sobre os problemas comuns a todos, mas que não costumam confessar um com o outro, como por exemplo, conversar sobre câncer de próstata, impotência e divórcio ou o simples falar em procurar um médico, isso ainda é um tabu em grande

parte da população masculina, esses grupos de formação masculina é algo muito desafiador para o trabalho do assistente social e que trará resultados positivos.

Durante o período em que estive no estágio supervisionado tive a oportunidade de fortalecer e ampliar meu conhecimento a respeito de vulnerabilidades e expressões sociais de desigualdades, que problematizam as relações no ambiente escolar, como também fui mais instrumentalizado para o atendimento de usuários no referente as demandas de enfrentamento ao preconceito, discriminação e racismo, que permeiam a vivência cotidiana do estudante levando a um alto índice de desistências.

A bagagem de conhecimento que adquiri no estágio supervisionado na esfera da educação tornou-me apto para desempenhar um bom trabalho técnico profissional, para levar o conhecimento de direitos ao usuário de acesso às políticas públicas e trabalhar em articulações com a política da Educação, assistência social, saúde, transporte, segurança, lazer e mais todas as políticas que se relacionam direto ou indiretamente com o público usuário de discentes da instituição.

Em relação ao projeto de criar um grupo masculino de discussão e debate da desconstrução do machismo não foi possível acontecer nas ações do projeto de intervenção, pelo motivo de ser uma ideia nova e o interesse de pessoas do sexo feminino ser muito grande, o que houve então foi um encontro misto de pessoas de ambos os sexos. O resultado foi muito gratificante porque professores e alunos ficaram interessados em dar continuidade ao projeto a partir do próximo semestre e aos poucos irem motivando os alunos do sexo masculino a formarem esses grupos semelhantes ao grupo feminista, só que de homens, em encontros para discutir a desconstrução do machismo.

Em meio a isso fica o desafio do assistente social e a instituição empenhar-se na mudança da realidade, a partir da continuidade do projeto de formação de grupos masculinos para a desconstrução do machismo no ambiente escolar. O instituto federal do Campus Alvorada tem nos seus princípios e objetivos o compromisso com uma educação emancipatória e libertadora propiciando assim um ótimo ambiente de trabalho no empoderamento de sujeitos para que projetos desses se concretizem.

## REFERÊNCIAS

RIBEIRO, Alessandra et al. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. In: ALMEIDA, Nei Luiz Teixeira de (Org.). Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf). Acesso em: 13 set. 2020.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação**: base para o trabalho profissional. 1º ed. Florianópolis: UFSC, 2011.

AVELAR, Lucia. Dos Movimentos aos partidos: a Sociedade Organizada e Política formal. **Política e sociedade**, v. 6, n. 11, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1310/1204>. Acesso em: 13 set. 2020.

BONETI, Joelma Cristina; FRANZMANN, Neuza Mendonça. **Políticas Sociais, Família, Criança, Idoso e Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=22262>. Acesso em: 13 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação. **Senado Federal**: coordenação de edições técnicas, Brasília, DF, 2019.

Brasil. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha e Legislação Correlata. **Senado Federal**: subsecretaria de Edições Técnicas, Brasília, DF, 2006.

Brasil. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviço de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. **Presidência da República**: Secretaria-Geral:/subchefia para assuntos jurídicos, Brasília, DF, 2019.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 22 de setembro de 1988. **Presidência da República**: Casa Civil/subchefia para assuntos jurídicos, Brasília, DF, 1988.

Brasil. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Presidência da República**: Casa Civil/subchefia para assuntos jurídicos, Brasília, DF, 2010.

Brasil. Resolução nº 086, de 03 de dezembro de 2013. Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Instituto Federal do Rio Grande do Sul**, Bento Gonçalves, RS, 2013.

BRITO, Guilherme Santana de. “**Masculinidade Tóxica**”, a expressão do ano, **segundo dicionário Oxford**. 2019. Disponível em: <https://www.portaltraizes.com/masculinidade-toxica/>. Acesso em: 13 set. 2020.

CAVALCANTI, Eliane Cristina Tenorio; OLIVEIRA, Rosane Cristina. Políticas Públicas de combate á violência de gênero a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. **Cajazeiras: revista de Pesquisa Interdisciplinar**, v. 2, n. 2, p. 192-206, jun, 2017.

CISNE, Mirla. **Gênero Divisão sexual do trabalho e serviço Social**. 1° ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

CASTRO, Alex. **Outrofobia: textos militantes**. 1 ° ed. São Paulo: **Publisher**, 2015.

CFESS. **Código de ética do assistente social: Lei 8662/93 de regulamentação da profissão**. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 13 set. 2020.

CFESS/CRESS. **Serviço Social na Educação**. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS\\_na\\_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em: 13 set. 2020.

CHICARINO, Thatiana. **Educação em direitos humanos**. São Paulo: Pearson education do Brasil, 2016.

DANTAS, Camila de Carvalho; VIEIRA, Wellington Neves Vieira. **A Representação Feminina na Poesia de Gregório de Matos**. In: Anais do Festival Literário de Paulo Afonso – FLIPA, 2017. **Anais eletrônicos [...]** Bahia: Faculdade Sete de Setembro, 2017. Disponível em: [https://www.unirios.edu.br/eventos/flipa/anais/arquivos/2017/a\\_representacao\\_femina\\_na\\_na\\_poesia\\_de\\_gregoria\\_de\\_matos.pdf](https://www.unirios.edu.br/eventos/flipa/anais/arquivos/2017/a_representacao_femina_na_na_poesia_de_gregoria_de_matos.pdf). Acesso em: 13 set. 2020.

DEMO, Pedro. **A Educação pelo avesso: Assistência como direito e problema**. São Paulo: Cortez, 2000.

DUTRA, Natalia Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fatima de Souza. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções**. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

FILHO, Ricardo Andrade Coitinho; RINALDI, Alessandra de Andrade. **O Supremo Tribunal Federal e a “união homoafetiva”**: onde os direitos e as moralidades se cruzam. 2018. Disponível em: <https://viacarreira.com/regras-da-abnt-para-tcc-conheca-principais-normas/#:~:text=O%20que%20deve%20conter%20na%20referência%3A%20sobrenome%20do%20autor%20do,final%2C%20mês%20abreviado%2C%20ano>. Acesso em: 13 set. 2020.

FOSCHIERA, Analise; MACHADO, Bruno Diniz; MARTINS, Leticia Martins de. **Relatório de Atividades de elaboração do PDI 2019-2023**. Instituto Federal Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: [https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/Relato-PDI-Final\\_Arial.pdf](https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/Relato-PDI-Final_Arial.pdf). Acesso em 13 set. 2020.

FONSECA, Inara. **Feminicídios aumentam em quarentena no Rio Grande do Sul**, 2020. Disponível em: <https://ponte.org/feminicidios-aumentam-durante-quarentena-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 13 set. 2020.

GALLINDO, Icaro Felipe Santiago. **Identidade negra e violência contra a mulher em Olhos d'água, de Conceição Evaristo**. UFRPE, Recife, 2018. Disponível em: [https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/850/1/tcc\\_icarofelipesantiagogallindo.pdf](https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/850/1/tcc_icarofelipesantiagogallindo.pdf). Acesso em: 13 set. 2020.

HOLANDA, Karla. **Da história. das mulheres ao cinema brasileiro de autoria feminino**. PUCRS, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/24361>. Acesso em: 13 set. 2020.

IAMAMOTO, Marilda villela. **O serviço social na contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 26° ed. São Paulo: CORTEZ, 2015.

IFRS. **Estatuto do instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**, 2017. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Estatuto-IFRS-Atual.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

IFRS. **Núcleo de Memória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – NuMem/IFRS**, 2020. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/extensao/nucleo-de-memoria/>. Acesso em: 13 set. 2020.

IFRS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)2019-2023**, 2018. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/pdi-2019-2023/>. Acesso em: 13 set. 2020.

IFRS. Retificação I, edital nº 25, de 04 de Novembro de 2019. Do Auxílio Permanência e do Moradia do Período Letivo De 2020. Alvorada, 2019.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc**, n. 129, p. 285-303, São Paulo, maio/ago, 2017.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. Ed. Popular, São Paulo: Castro alves, 1960.

LIMA, Bárbara. Homens possíveis. **Jornal da URGs**, Porto Alegre, n.229, 2020.

LIMA, Livia Barbosa; Feitosa, Amanda Layse de Oliveira; COSTA, Frederico Alves. **Análise sobre ações coletivas: contribuições e limites teóricos na produção científica da psicologia social brasileira**. Barbarói (rev), 50° ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2017.

MACIEL, Marluse de Castro. **Direitos humanos e cidadania**. Marluse Castro Maciel.indaial:uniasselvi,2012

DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21°ed. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Petropolis: Vozes, 2002.

MUSKAT, Malvina. **O homem subjugado**: O dilema das masculinidades no mundo contemporâneo. São Paulo: Summus, 2018.

NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; MACHADO, Paula Sandrine. **Diversidade Sexual, Relações de Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: Sulinas, 2013.

OLIVEIRA, Giulia Maria Jenelle Cavalcante de. **Violência contra a mulher e a lei Maria da Penha**: desafios na sociedade patriarcal-racista-capitalista do Estado brasileiro. SERV. SOC. REV. Londrina, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/32465>. Acesso em: 13 set. 2020.

OLIVEIRA, Rosane Cristina de; CAVALCANTI, Elaine Cristina Tenório. **POLITICAS PÚBLICAS DE COMBATE E ENFRENTAMENTO DE GENERO**. UERGS-RJ, 2017.

PIERITZ, Vera Lucia Hoffmann. **Ética profissional em serviço social**. 2013. Disponível em: [https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/SES\\_EaD/article/view/1880](https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/SES_EaD/article/view/1880). Acesso em: 13 set. 2020.

PRADA, Talita; SURDINE, Monya Carla da Costa. **Ser Social, Educação e lutas sociais no Brasil**: A Assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia. 2018. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/18860](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/18860). Acesso em: 13 set. 2020.

RESISDÖRFER, Lara Aparecida Lissarassa. **Fundamentos Histórico, Teóricos e Metodológico do Serviço Social**. 2013. Disponível em: <https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=15995>. Acesso em: 13 set. 2020.

ROCHA, Quelli Viviane Dias; SANTANA, Raquel Santos. Políticas Sociais para Mulheres Vítimas de violência. **Revista Serviço social & realidade**, França, v. 18, n. 2, 2009.

SANTOS, Alessandra Carla Baia Dos; LIMA, Vera Lucia De Azevedo. O perfil do homem autor de violência cometida contra as mulheres na versão da mídia impressa: contribuições para a enfermagem. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal: 22-26, jul, 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364938636\\_ARQUIVO\\_ARTIGO\\_ANPUH2013definitivo.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364938636_ARQUIVO_ARTIGO_ANPUH2013definitivo.pdf). Acesso em: 13 set. 2020.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social**: utopia e realidade. 5° ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Daniel Neves. **Escravidão no Brasil**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/escravidao-no-brasil.htm>. Acesso em: 13 set. 2020.

SILVA, Daniel Neves. **Como ficou a vida dos ex-escravos após a Lei Áurea?** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/como-ficou-vida-dos-ex-escravos-apos-lei-aurea.htm>. Acesso em: 19 jul. 2020.

SILVA, Thiago Rodrigo da. **História do Brasil Republicano**. 2015. Disponível em: <https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=21566>. Acesso em: 13 set. 2020.

SOUZA, Evandro André de; SAYÃO, Thiago Juliano. **História do Brasil Colonial**. 2011. Disponível em: <https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=8732>. Acesso em: 13 set. 2020.

VALADARES, Guilherme Nascimento. **Assistam nosso documentário “O Silêncio dos Homens”**. Disponível em: <https://www.Papodehomem.br>. Acesso em: 11 ago. 2020.

VISCOME, Heloisa; PIMENTA, Juliana; MARTINS, Rutinéia. A origem da Família brasileira, o Brasil Colonial e a miscigenação. **Revista Serviço Social & Realidade**, França, v. 21, n. 2, 2012.

WESTPHAL, Rafaela. **Política sociais em educação**. 2016.

ZANLUCA, Andréia; LAZZARINI, Juliana Maria; PIERITZ, Vera Lucia Hoffmann. **Ações, dimensões e Aplicabilidade do Instrumental Técnico-operativo do serviço social**. 2013. Disponível em: <https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=16339>. Acesso em: 13 set. 2020.



## **APÊNDICE – A VIVÊNCIA COMO ESTAGIÁRIO DO SERVIÇO SOCIAL NO IFRS/CAMPUS ALVORADA**

Como estagiário do serviço social no Campus Alvorada do IFRS e autor deste TCC, tive a experiência de conviver em um ambiente que prima pela qualidade de educação e a emancipação humana, sendo que no cotidiano da instituição tive a oportunidade de crescer em conhecimentos, principalmente trocando experiências com os integrantes do grupo Marielle Franco, onde pude através de análises e reflexões profundas pôr em conflito as temáticas dos encontros com minha personalidade que naturalmente não fugia das regras impostas por nossa sociedade conservadora e machista, começou uma transformação em minha subjetividade, sendo desconstruído aos poucos os pensamentos preconceituosos e discriminatórios que estavam enraizados com o passar das décadas e por falta de ter vivenciado um ensino básico somado a uma educação libertadora.

A escolha pela graduação em Serviço Social, curso que concentra um público de profissionais predominantemente feminino, muito me ajudou a rever meus conceitos e refazer minha trajetória de vida, até então anteriormente alicerçada nos preconceitos e na hegemonia de gênero. Também com a participação nos encontros do grupo de discussão da masculinidade tóxica, “O melhor que podemos ser”, pude crescer e conversar com outros homens sobre minhas experiências destrutivas ligadas ao machismo. Nas reflexões oriundas das conversas neste grupo tive acesso a informações sobre a dor do homem. A maior dor do homem é ter que aprender desde cedo a provocar dor em si mesmo e nos outros gêneros, somente com uma educação emancipatória focada na diversidade conseguiremos mudar esta realidade.

O projeto ético-político do assistente social passa a ter a partir desta conclusão de curso mais um aliado em sua defesa e concretude, fundamentado em seu código de ética e no compromisso de levar o conhecimento de direitos ao usuário.